



Procedimento da **Audiência Pública** relativa a **canalização do Córrego Ponte Baixa e implantação do Viário paralelo à Avenida M'Boi Mirim.**

(RESOLUÇÃO Nº 69/CADES/2002)

DATA DA APRESENTAÇÃO: **08/03/2012 - HORÁRIO: 18:00 horas.**

LOCAL: **Subprefeitura de M'Boi Mirim**

ENDEREÇO: - Av. Guarapiranga 1.265 – Pq. Alves de Lima – SP

I – MESA DIRETORA – Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES e Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, Sr. Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho.

– Coordenadora Geral do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES – Helena Magozo.

II – DOS TRABALHOS

1. Formação da mesa.

2. Abertura dos trabalhos pelo Presidente

3. Exposição:

- Empreendedor do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, Sr. Pedro Luiz de Castro Algodoal, representante da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana - 30 minutos.
- Equipe responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, pelo Sr. Ivo Sadao Massunari, representante da EQUIPE UMAH – Urbanismo, Meio Ambiente, Habitação S/S Ltda – 30 minutos.

Manifestação dos inscritos:

- a. Entidades da sociedade civil – 5 minutos para cada exposição – máximo de 30 minutos.
- b. Manifestação dos presentes – 2 minutos para cada exposição – máximo de 60 minutos.



c. Manifestação das autoridades – 5 minutos para cada exposição.

4. Comentários Finais dos expositores:

- Empreendedor do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, Sr. Pedro Luiz de Castro Algodoal, representante da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana - 15 minutos.
- Equipe responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, pelo Sr. Ivo Sadao Massunari, representante da EQUIPE UMAH – Urbanismo, Meio Ambiente, Habitação S/S Ltda – 15 minutos.

5. Encerramento da Apresentação Pública pelo presidente da sessão.

III – Os inscritos terão direito a uma única manifestação, observada a ordem da inscrição.

IV – A critério do presidente da sessão, os tempos de exposições e manifestações previstos poderão ser ampliados.

V – Para garantir o bom andamento da Apresentação Pública e a segurança dos participantes, a entrada de pessoas no recinto será permitida somente até o limite de sua lotação.

Presidente Eduardo Jorge – Boa noite a todos. Vamos dar inicio a nossa audiência pública. Informamos que esta audiência está sendo gravada, porque toda a audiência tem que ser gravada e, depois, ela vai ser transcrita na integra e publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e também disponível no site da prefeitura/svma/cades. Então, como a Helena Magozo não conseguiu chegar até agora, deve estar na Marginal, presa no transito, eu peço para a Mary substituí-la, enquanto a Helena Magozo, que é a Coordenadora do Conselho Municipal, não chegar. Eu convido também a equipe da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Paulo – SIURB – que é, hoje, o empreendedor. É ele que vai nos apresentar – a vocês e a nós, da Secretaria do Verde, a proposta de reurbanização da região do Córrego Ponte Baixa. Eu convido, então, o Secretário da Secretaria de Obras ou os representantes que ele enviou, em nome da Secretaria de Obras da Prefeitura, para que venham até a mesa. Aqui, ao meu lado, está a Diretora do Departamento de Licenciamento Ambiental da Prefeitura, a doutora Regina Barros, Diretora do DECONT. Toda discussão hoje, aqui, nossa, vai ser recolhida, vai ser transcrita. E os técnicos, que são comandados pela doutora Regina, vão levar em conta, na análise. Aqui, nós não vamos votar, não vai ter votação. É uma audiência



pública, a audiência é para ouvir – ouvir a opinião dos cidadãos, ouvir a opinião do subprefeito. E quem vai ouvir? Em primeiro lugar, é a Secretaria de Obras, porque é ela que vai fazer a obra, é ela que está pedindo a licença, é ela que está fazendo a proposta de reurbanização. Em segundo lugar, os técnicos da doutora Regina, que vão fazer o licenciamento. O licenciamento continua – eles vão analisar tecnicamente, até que o licenciamento é votado, no Conselho Municipal do Meio Ambiente. Hoje, é um passo muito importante, porque, tanto a SIURB quanto o DECONT vão ouvir sugestões, críticas, opiniões. Tudo isso vai ser recolhido, a Secretaria de Obras vai fazer os comentários das opiniões de vocês e o DECONT vai recolher tudo. O DECONT não vai falar, hoje. Ele vai ouvir. Ele vai ouvir e vai colher as opiniões de vocês, as respostas da Secretaria de Obras. E isso vai ser levado em conta, na hora do licenciamento. O licenciamento, mesmo, é votado no Conselho Municipal de Meio Ambiente, e neste Conselho existem representantes de toda a cidade, inclusive aqui, da região de vocês. São pessoas que foram eleitas representando entidades, associações de moradores. Associações tipo OAB, Instituto de Engenharia, órgãos governamentais. E eles fazem a votação final do licenciamento, se aprovam o licenciamento, se não aprovam o licenciamento, se modificam o licenciamento. Isso é uma decisão do Conselho Municipal de Meio Ambiente. E, quando houver essa votação, lá na frente – daqui a uns dois meses, talvez – vocês também podem comparecer e assistir. É uma votação aberta e pública. Mas quem vota são os conselheiros do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CADES, lá na frente. Peço ao senhor Ivo Sadao Massunari, da Secretaria de Obras, ele é da construtora que foi contratada pela Secretaria de Obras para preparar o EIA-RIMA, o pedido de licença. É isso que ele vai mostrar aqui, para nós, dentro de alguns minutos. Mas eu pergunto: o representante do secretário não está ainda? O doutor Ivo informa que o representante do Secretário Elton, da SIURB também deve estar preso na marginal. Então eu não sei – Regina, vamos suspender por uns dez minutos?

Regina Luísa F. De Barros - Dez minutos.

Presidente Eduardo Jorge – Vamos suspender por mais uns dez minutos, para dar tempo de chegar o representante do secretário, porque ele é o artista principal deste filme aqui, hoje. E ele é que vai fazer a exposição, vai mostrar os vídeos, para ouvir as nossas opiniões. Então, eu vou suspender por dez minutos, a gravação e esperar que o senhor Pedro Luiz de Castro Algodoal, que vai representar o Secretário Elton, da Secretaria de Obras, chegue aqui, à Subprefeitura. E eu peço que, por favor, alguém ligue para ele. Tem alguém da SIURB, aqui? A senhora é da SIURB? A senhora pode ligar para ele, para ver onde ele está? - Só daqui a 15 minutos, para chegar. O Ivo pode falar alguma coisa. Não, não, tem que esperar ele. Não. Esta senhora aqui é funcionária da Secretaria de Obras. Segundo ela, o representante do secretário ligou e falou que em mais 15 minutos estará aqui. Então, nós vamos suspender por 15 minutos. A audiência está reaberta e eu



peço que, já que a Helena Magozo – que, normalmente, é ela que explica a função da audiência – porque muita gente, aqui, já participou de audiência e, alguns, pela primeira vez. Então, eu devo explicar o que é a audiência pública, para que todos vocês possam participar da melhor maneira possível. A lei do Brasil, a Constituição, prevê que obras que tenham impacto importante, social e ambiental, têm que passar por um licenciamento. O licenciamento, às vezes, é nacional, às vezes é estadual e, às vezes, é municipal. Por exemplo, essa usina de Belo Monte, que todo mundo está acompanhando a discussão, lá no Xingu, uma grande usina, é um licenciamento nacional. Quem coordena Ministério do Meio Ambiente, é o IBAMA. Quando é uma obra que atravessa vários municípios, como o Rodoanel Sul, que passou por Embu, Itapeverica, São Paulo, São Bernardo, Santo André, quem conduz o licenciamento é o Governo Estadual, através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Quando a obra é municipal, se o município estiver preparado – e, no nosso caso, nós nos preparamos e, de 2005 para cá, todos os licenciamentos do Governo do Estado passaram para o município – é o município que faz. Então, hoje, do governo José Serra passado, para cá, nós estamos bem capacitados e estamos fazendo todos os licenciamentos, para pequenas, médias, grandes, pública ou privada, têm sido licenciados pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Mas é um sistema nacional. O que nós fazemos aqui, em São Paulo, é a mesma coisa que é feita no nível estadual e no nível federal, a gente segue o mesmo roteiro, as mesmas leis, as mesmas obrigações, pela legislação nacional. Na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, nós temos dois órgãos importantes que cuidam do licenciamento. O DECONT, cuja Diretora é a Doutora Regina, funcionária de carreira, arquiteta e quase 30 anos de Prefeitura. Eles fazem a análise técnica, dão o parecer do processo que vem do empreendedor, público ou privado. E o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CADES, que é coordenado pela Doutora Helena Magozo – também funcionária de carreira da Prefeitura, também com quase 30 anos – faz a votação da licença preparada pelo DECONT, no Conselho Municipal de Meio Ambiente. O Conselho Municipal de Meio Ambiente é o órgão que tem representantes do Governo Estadual e Municipal e, representantes da população, eleitos. Aqui, por exemplo, da região de vocês, tem um representante da Zona Sul, que é eleito pela região da Subprefeitura de M'Boi, Campo Limpo – são três subprefeituras. E o Conselho Municipal, vai votar, lá na frente, a licença que é preparada pelo DECONT. E o que é que o DECONT analisa? O DECONT analisa a licença que é pedida pelo órgão que faz o empreendimento. Pode ser uma obra privada ou uma obra pública, para nós não interessa o julgamento, as regras são as mesmas. Então, neste caso, essa obra importantíssima, que é a reurbanização do Córrego Ponte Baixa, quem preparou o projeto que vai ser analisado pelo DECONT – depois desta audiência pública, depois de ouvir as sugestões de vocês, aqui – foi a Secretaria de Obras. Agora, eles conseguiram preparar o projeto, conseguiram acertar tudo o que estava faltando e a licença começa a andar agora, que foi quando a Secretaria de Obras conseguiu acertar tudo o que faltava para preparar e submeter à análise do



DECONT. Então, este ato aqui é quase que, assim, um ato inaugural do processo, porque é a SIURB apresentando, com as sugestões iniciais deles, ouvindo sugestões de vocês, críticas, eles vão depois comentar, o DECONT vai ouvir e, depois, a área técnica vai analisar. E, finalmente, o Conselho Municipal vai votar. Tem um representante aqui, de vocês, da região, no Conselho – vocês devem procurá-lo. Nosso representante aqui, do Núcleo, que é o Horário – cadê o Horácio? Fique aqui na frente, para o pessoal ver você. Você é grande, mas fique aqui na frente. O Horácio é o representante da Secretaria do Verde aqui, na região. Ele sabe quem é o representante de vocês lá, no Conselho Municipal de Meio Ambiente. Então, vocês vão ter o contato com ele e manter o contato com a pessoa que foi eleita por vocês aqui, no Conselho Municipal de Meio Ambiente. Então, essa explicação é muito importante, porque, às vezes, as pessoas pensam que, na audiência pública, a gente vai votar se vai fazer assim ou vai fazer assado. Não, não vai votar agora. Quem vota é o Conselho Municipal lá na frente. Mas, hoje é um dia muito importante, porque muita gente pode falar, dar opinião, pedir aperfeiçoamento. Então, são momentos importantes do processo e é um processo que segue um roteiro, como eu falei de uma lei nacional. A acústica, aqui, não é muito boa, então eu peço que a gente tenha bastante organização, bastante consciência para ouvir cada um. Porque a audiência é para ouvir. E ouvir o quê? O que se vai falar. Primeiro, fala a Secretaria de Obras; depois, falam vocês e as autoridades. Por exemplo, o vereador vai falar, se ele quiser. E eles vão ouvir, vão anotar, vão comentar. O que eles puderem responder, eles vão responder. O que eles não souberem responder, eles vão anotar. E nós, da Secretaria do Verde, vamos ouvir, só. A Secretaria do Verde não vai falar assim, ou assado. Nós vamos ouvir tanto o empreendedor quanto vocês. Mas é muito importante que o povo ouça. Fale, mas também ouça. Cada cidadão que vai falar, ele quer ser ouvido. Então, como aqui a acústica não é boa, eu peço, por favor, quando o nosso representante do secretário de Obras estiver falando, silêncio. Quando tiver o cidadão, a dona Maria, o representante da associação de bairros falando, silêncio também, para todo mundo ouvir, para o pessoal da Secretaria ouvir bem e poder pensar em uma resposta, se eles tiverem. Então, eu vou voltar a agradecer ao nosso subprefeito Beto, que está aqui, conosco. Se o Beto pudesse ficar em pé, também – porque ele é o representante do prefeito, aqui. O Beto é o prefeito, aqui. E ele é que está organizando este espaço para a Secretaria de Obras realizar esta audiência. Eu vou, agora, passar a palavra para o representante da Secretaria de Obras. As mulheres mandam mais, vocês sabem. Eu vou passar a palavra para a Helena que ela é que, na verdade, vai chefiar a coisa, aqui.

Coordenadora Helena Magozo - Boa tarde a todos e a todas. Desculpem pelo atraso, nós ficamos parados no trânsito. Eu só queria – se a Mary já colocou, eu acho que nunca é demais reiterar, como se organiza aqui a nossa audiência. Então, primeiro, nós vamos ter a fala, a palavra da Secretaria de Infraestrutura Urbana – e, depois, nós vamos ter a fala, a apresentação do técnico responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental. Desde agora, até o final da apresentação do senhor



Ivo, está aberto para manifestação dos presentes. Como funciona? As pessoas que quiserem se manifestar precisam se inscrever ali, na mesa ao lado. No final das apresentações, depois das duas apresentações, recebemos uma lista e, na ordem da inscrição, vamos chamando para manifestação. Está bom? Nós encerramos a inscrição no fim da apresentação, há a manifestação dos inscritos e depois, a resposta do empreendedor e do responsável pelo EIA-RIMA, que é o Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento. Está bom? Eu vou dar a palavra para o Sr. Luiz Santoro, que é Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana.

Luiz Ricardo Santoro (Secretário Adjunto de SIURB) - Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de saudar o nosso Secretário, Eduardo Jorge, nosso Vereador, Milton Leite e agradecer a presença de todos vocês, eu estou vendo que a casa está cheia e é motivo de orgulho poder mostrar, apresentar este projeto para a população da região. Isto aqui é muito importante para a Cidade de São Paulo e, principalmente, para todos vocês, que são diretamente afetados. Então, nós vamos apresentar um filme – está tudo pronto – um filminho bem ilustrativo do que é o projeto. E, depois, nós vamos apresentar as condições técnicas da obra. Está OK? Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo - Eu queria perguntar ao pessoal da Subprefeitura se dá para apagar a luz, para podermos ver melhor a tela. Não sei se é possível. Está bom, não dá, então vamos em frente.

Exibição de vídeo:

Canalização dos córregos Ponte Baixa - Jardim Letícia e Implantação do Viário paralelo à Estrada do M'Boi Mirim. A Bacia do Córrego Ponte Baixa está localizada na Região Sudoeste do Município de São Paulo. O córrego nasce no Jardim Thomas, corre paralelo à Estrada do M'Boi Mirim, até desaguar no Canal do Guarapiranga. Nos últimos anos, a região vem sofrendo com os congestionamentos frequentes na estrada do M'Boi Mirim e com os prejuízos e transtornos causados pelos alagamentos constantes das cheias dos córregos Ponte Baixa e Jardim Letícia. A Estrada do M'Boi Mirim é o principal eixo viário de acesso à região de Santo Amaro pelos habitantes da Zona Sul, Jardim São Luís, Jardim Ângela e de parte de alguns municípios, como o Embu Guaçu e Itapeverica da Serra. A ocupação desordenada da Bacia, a impermeabilização do solo do entorno dos córregos, o lançamento de lixo e despejo de esgoto, acabam por degradar todo o curso de água e por em risco a segurança e saúde da população. A Bacia dos córregos Ponte Baixa e Jardim Letícia já foram objeto de estudos do Plano Diretor Estratégico do Município e da região da Subprefeitura do M'Boi Mirim. Após as diversas alternativas propostas, a melhor opção foi um conjunto de obras que visam solucionar o problema das enchentes da Bacia e a melhoria da mobilidade urbana da região. O projeto propõe a canalização do Córrego Ponte Baixa, no trecho entre a Rua Damião Klein e a sua foz, no Canal do Guarapiranga. Após a canalização, serão



construídos viadutos para acesso às novas vias que deverão estabelecer nova ligação viária da Rua Damião Klein até a Avenida Guido Caloi. As vias irão desafogar o tráfego da Estrada do M'Boi Mirim e possibilitar maior mobilidade à região. Além das faixas de veículos, está prevista a implantação de calçadas, ciclovia, iluminação e vegetação ao longo da avenida. Na altura da Avenida Inácio Dias da Silva, será construído um reservatório de amortecimento para minimizar os picos de vazão, evitando os alagamentos à jusante. O Córrego Jardim Letícia, afluente esquerdo do Córrego Ponte Baixa, também será canalizado em um trecho com cerca de 900 metros de extensão. Ao longo da canalização está prevista a implantação de um parque linear para a preservação das margens, recuperação da área de preservação permanente do córrego e criação de uma área verde, com equipamentos de esporte e lazer. As famílias que vivem em situação de risco dentro da área do projeto serão reassentadas, realocadas ou terão readequações das habitações, conforme cada caso específico. Com a implantação do projeto, será adequado o sistema de coleta e afastamento do esgoto, possibilitando a recuperação da qualidade das águas do córrego. O conjunto de obras tem um grande interesse público e social e irá beneficiar aproximadamente 550.000 habitantes e, indiretamente, toda a população de São Paulo. É a Prefeitura de São Paulo, recuperando o meio ambiente e investindo na qualidade de vida dos cidadãos. Prefeitura da Cidade de São Paulo, - Secretaria de Infraestrutura Urbana.

Coordenadora Helena Magozo - Agora, nós vamos passar para a fala do senhor Ivo Sadao Massunari, que é da equipe responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental. Então, eu queria lembrar, de novo, que as pessoas interessadas em se manifestar – e entidades – devem se inscrever na mesa, do lado. Terminando a apresentação do senhor Ivo, as inscrições vão ser fechadas. Por favor.

Ivo Sadao Massunari - Boa tarde ou boa noite a todos. Eu vou fazer, então, a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental desse projeto. Vou aguardar só um minutinho para abrir, ali, a apresentação. Então, agora, podemos dar continuidade. O projeto é composto pela canalização do Córrego Ponte Baixa e implantação de um viário paralelo a essa canalização. Próximo, por favor. Fazem parte dos objetos desse licenciamento: a canalização do Córrego Ponte Baixa e implantação de um viário paralelo à Estrada do M'Boi Mirim; a implantação de um parque linear e canalização do Córrego Jardim Letícia, implantação de um reservatório de amortecimento de cheias e um conjunto habitacional que será construído no âmbito do Programa "Minha Casa Minha Vida", para o reassentamento das famílias que estão na área de risco e que serão removidas para a implantação do projeto. Aqui, nós temos a localização do projeto, que ele se desenvolve ao longo do Córrego Ponte Baixa. Aqui, vocês têm a Estrada do M'Boi Mirim, paralelo a ela; aqui, tem o afluente do Jardim Letícia; aqui, o Rio Pinheiros, o Canal do Guarapiranga, a Ponte do Socorro. Isso, para vocês terem



uma localização de onde se dará esse projeto. Próximo. Aqui, nós temos a área que vai ser ocupada pelo projeto, sob uma imagem aérea. Isso, para mostrar o quanto essa área já está bastante ocupada e adensada, havendo pouco espaço para a implantação desse projeto. Próximo, por favor. O problema de inundação do Córrego Ponte Baixa é bastante antigo e também bastante frequente. Todos os anos, no período de chuvas, a população aqui da região enfrenta problemas de transbordamento do córrego e inundações em toda a área do entorno do córrego. Além disso, nós temos moradores na área de risco, que estão em risco de vida e da própria saúde, em função da localização próxima ao curso d'água. E essas obras são obras previstas no Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Mirim desde 2002. O desejo da população e a intenção da Prefeitura em resolver esse problema também é bastante antigo. Nós temos o primeiro projeto, aqui, elaborado pela Setepla, data de 1995. É um projeto que previa apenas a canalização do córrego. Posteriormente, houve um outro projeto, elaborado pela PLANSERVI, no âmbito do PROCAV, que é o Programa de Canalização de Córregos. E a implantação de sistemas viários em fundos de vale. Esse projeto previa não só a canalização, mas também a implantação de um viário paralelo, ligando a Estrada do M'Boi Mirim até a Avenida Guido Caloi. Esse projeto, entretanto, nas suas extremidades, na ligação com a Estrada do M'Boi Mirim e com a Avenida Guido Caloi, era feito em nível, ou seja, haveria a necessidade de semáforos para poder acessar essa via. Posteriormente, houve outro projeto, elaborado pela Themaq Engenharia, que tratou apenas da canalização. E o projeto atual, desenvolvido pela Geométrica. Ela contempla a canalização, a implantação do viário, o reservatório de amortecimento de cheias e ele prevê a construção de viadutos na ligação com Estrada do M'Boi Mirim e, também, na ligação com a Avenida Guido Caloi, conforme vocês puderam ver aí, no vídeo que foi apresentado. Isso torna bastante fácil essa ligação do tráfego que vem pela Estrada do M'Boi Mirim, sem necessidade de nenhum semáforo. Isso faz com que o trânsito tenha fluidez e realmente haja uma atração de boa parte do tráfego da M'Boi Mirim para esse novo viário, desafogando então a Estrada do M'Boi Mirim. Próximo. São obras de grande interesse público e social e que vão trazer melhorias de qualidade de vida para mais de 550.000 pessoas, que era a população estimada no ano 2010, aqui na Subprefeitura de M'Boi Mirim. Essa população beneficiada, que vai ter melhoria na sua qualidade de vida é bem maior, porque inclui também a população de municípios vizinhos, como Embu Guaçu, Itapecerica da Serra, que utilizam aqui a Estrada do M'Boi Mirim para acessar a região aqui de Santo Amaro e também outras partes do Município de São Paulo. Além disso, como já comentei, há obras que já faziam parte do plano regional estratégico aqui, da Subprefeitura de M'Boi Mirim. Esse projeto tem objetivo de eliminar então as inundações na área do ponte Baixa, recuperar esses cursos d'água, na medida em que vão ser retirados lançamentos de esgotos que, hoje, ocorrem. Reassentar as famílias que estão na área de risco, reduzir os congestionamentos na Avenida M'Boi Mirim e Avenida Guarapiranga; melhorar o



transporte público. Na medida em que você consegue melhorar o trânsito na Estrada do M'Boi Mirim, você consegue melhorar o transporte público, que é baseado essencialmente no transporte através de ônibus. E também ampliar a oferta de ciclovias. Conforme vocês viram no vídeo, vai haver uma ciclovia em toda a extensão, que é um meio que está sendo cada vez mais utilizado pela população, principalmente nos deslocamentos mais curtos, para quem trabalha aqui, na própria região, ou vai à escola. E assim por diante. Próximo. Aqui, vamos apresentar alguns registros dos problemas que existem na área do Córrego Ponte Baixa. Aqui, o Córrego Ponte Baixa, em um trecho que ele está canalizado. Observe a quantidade de lixo que está sendo transportado pelas águas. O nível está mais alto do que o nível lá, na rua. Próximo. Com isso, o que acontece? Embora não esteja transbordando, ele está provocando um refluxo da água, através dos poços de visita e das bocas de lobo e provocando a inundação nessa região. Próximo. Essa aqui é a mesma área, onde vocês estão vendo aqui muitos alunos, tem uma escola aqui, do lado do Córrego Ponte Baixa, que enfrenta todos esses problemas aí, das enchentes. Aqui, um morador retirando as águas acumuladas no seu quintal. Próximo. Aqui, um evento que ocorreu no final de 2010, aqui, na Rua Daniel Klein, que é justamente o início do projeto. Uma grande voçoroca, um grande buraco aqui, que acabou tendo até a queda de um veículo. Próximo. Esse é um caso que foi bastante noticiado na imprensa, no final de 2010, que foi lá, no condomínio do Projeto das Américas. Aqui tem um conjunto de prédios, sendo que o Córrego Ponte Baixa passa exatamente aqui, no meio, onde ele está canalizado, em uma galeria fechado. E fechado com muro aqui, nas duas extremidades. Só que, essa galeria não tem capacidade para escoar as vazões de cheia. E, com isso, o que aconteceu? Houve um acúmulo de água aqui, em função das precipitações que ocorreram. E, no momento em que ela subiu, ela virou uma barragem. Houve o rompimento desse muro e uma tromba d'água desceu, danificando uma centena de carros e provocando a morte de uma pessoa, que era uma professora. Próximo. Aqui, a situação dos veículos que foram afetados. Então, houve uma tragédia aí, a morte de uma professora e cerca de 120 carros danificados. Próxima. Aqui, um carro que também foi arrastado pelo rio. Próximo. Aqui, a situação da ocupação das margens do Ponte Baixa. Observem que tem construções aqui que já não estão nem na margem, estão em cima do leito do Córrego Ponte Baixa. Isso provoca, então, um sério estrangulamento desse curso d'água. Próximo. Aqui, uma outra situação, olhando para a jusante, também vocês têm construções aqui, dentro do leito, um leito já bastante assoreado, o lançamento de esgotos, não é? Próximo. Então, nessa mesma região, você tem a população toda em área de risco. Tem uma área que a Prefeitura interditou, em função dos problemas que houve. Próximo. Aqui, vocês têm uma residência que entrou em ruína justamente porque ocorreu aí o solapamento das fundações dessa casa, que está junto à margem do Córrego Ponte Baixa. Próximo. Aqui, outro trecho, mais um pouco à jusante. Vocês observam que o Córrego Ponte Baixa, aqui, o leito dele é bastante raso, fazendo com que qualquer cheia provoque o



transbordamento do leito. Isso é importante porque o projeto que está sendo proposto prevê a escavação. Não adianta levantar parede aqui para cima, que vocês viram o que aconteceu ali, que ocorre o refluxo da água. Então, aqui, no caso, o projeto prevê o aprofundamento e o alargamento da calha. Próximo. Aqui, a situação da ocupação no Jardim Letícia. Então, vocês observam aqui a ocupação nas duas margens, sendo que a população que mora deste lado, que é na margem esquerda, ela tem acesso através dessas pinguelas, bastante precárias, pondo em risco a vida dessa população. Próximo. O mesmo Córrego Jardim Letícia, bastante estrangulado, com muito lixo, entulho e assim por diante. Próximo. Outro trecho, também no Jardim Letícia. Aqui também, com alguns objetos grandes, colchão – aqui, parece que é um móvel. E a construção praticamente no leito do córrego. Próximo. Aqui, o problema do congestionamento na Estrada do M'Boi Mirim, no pico da manhã. Vocês observem que o trânsito fica totalmente parado, com muitos ônibus que também não conseguem dar uma fluidez, fazendo com que as viagens fiquem bastante prolongadas. Próximo. Aqui é a mesma situação, formam filas de ônibus. Próximo. Aqui, nós temos então um resumo das obras que fazem parte deste projeto. O vídeo apresentado já deu uma boa idéia para todos, então eu vou ser bastante rápido aqui. Aqui, a canalização do Córrego Ponte Baixa, que tem cerca de 3.080 metros. Ele vai ser um canal retangular de concreto, com seção aberta, na maior parte do trecho, e fechada em alguns trechos, principalmente em função do cruzamento das vias transversais, nos retornos e em alguns locais onde os espaços disponíveis são muito restritos, o que impede manter o canal aberto. A canalização terá largura e altura variável, à medida em que for aproximando da foz, que aumenta as vazões, ele então vai ter uma largura maior. O sistema viário paralelo tem cerca de 2.800 metros, pista dupla, largura da pista de 8 metros e meio, passeio de dois metros, dois lados da via. Ciclovia também nas duas laterais e obras de arte ou viadutos, nas duas extremidades. O parque linear do Jardim Letícia tem uma área de 13.840 metros quadrados. O córrego vai ser canalizado também, com concreto. A largura de quatro metros e 824 metros de extensão. Além disso, tem um reservatório de amortecimento com cerca de 25.000 metros cúbicos de capacidade. É um reservatório subterrâneo, que vai ter uma praça na parte superior e também parte do viário a ser implantado. É importante mencionar que esse projeto prevê a implantação de cerca de 54.500 metros quadrados de área verde, e permeável, o que é muito importante na região aqui, em que há uma carência de vegetação e também um problema sério de impermeabilização da Bacia. Próximo. Aqui então é uma seção transversal, de como vai ser, tanto a canalização como o viário, o canal aberto. Serão implantadas áreas verdes nos dois lados do canal. Aqui, a pista, a outra. E um espaço, uma faixa para a implantação de infraestrutura, como iluminação, a ciclovia, a calçada, dos dois lados. E, também, o aproveitamento das áreas remanescentes da desapropriação para implantação de áreas verdes. Próximo. Aqui, a situação quando o canal é fechado. Neste caso, toda a parte superior será aproveitada para implantação também de áreas verdes. A seção é igual à



anterior. Próximo. Aqui, uma planta – aqui, então, tem a Estrada do M'Boi Mirim, aqui a Curva da Figueira Grande. Então, o projeto começa aqui. Vai ter um viaduto que vai permitir o acesso direto para quem vem do bairro, no sentido Centro, acessar este viário, que continua aqui. Aqui, vocês estão vendo o reservatório de amortecimento de cheias, retornos, aqui também outros retornos. Próximo. E a continuação, você tem em alguns locais os cruzamentos das vias transversais. E, aqui, é a chegada então, na Avenida Guido Caloi, onde você tem duas alças de viadutos. Para quem vem por esse viário novo, pode acessar a Guido Caloi e em direção à Ponte Transamérica e à Marginal Pinheiros. E essa outra alça para quem está retornando aqui de Santo Amaro, aqui, pela Avenida Guarapiranga, pode pegar a Guido Caloi e acessar diretamente aqui, a via, no sentido bairro. Todo o projeto tem um projeto paisagístico para a implantação dessas áreas verdes, utilizando aí espécies nativas. Próximo. Aqui, é o projeto então do parque linear do Córrego Jardim Letícia. Aqui tem uma parte que tem vegetação, que vai ser preservada e recuperada. E toda essa área onde vai haver aqui a remoção das famílias que estão em áreas de risco, será utilizada então para a implantação do parque. Conforme vocês viram no vídeo, o parque terá umas vias aqui, para caminhada e alguns equipamentos, seja para ginástica, para criança, playground e assim por diante. Próximo. Aqui então é o reservatório de amortecimento de cheias. Então, vocês estão vendo que aqui tem a parte superior, tem a praça, também com algum equipamento aqui. E ele vai ocupar parte, também, do viário. Também vai ser todo revegetado, dentro desse projeto paisagístico. Próximo. Aqui, a localização da área, que está prevista a implantação do conjunto habitacional para o reassentamento das famílias que estão na área de risco. Ele está do lado do Terminal Guarapiranga – aqui, pertinho. E junto aqui à Estrada do M'Boi Mirim e junto ao novo viário. Portanto, uma área bastante privilegiada, em termos de infraestrutura urbana. Tem aqui o terminal de ônibus, tem escolas próximas e assim por diante. Próximo. Aqui é uma vista lateral das edificações que estão sendo estudadas. E, aqui, um corte transversal, mostrando que vai ter vários blocos de edifícios. Próximo. É importante mencionar que este projeto segue as diretrizes do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto Municipal 48.075 de 2006, que prevê aí a reciclagem do material de demolição e aproveitamento na própria obra. Então, isso foi previsto no próprio termo de referência da obra, a obrigatoriedade da reciclagem e uso desse material das demolições que vão ser feitas para a implantação do projeto. Dentre as aplicações preconizadas, em termos de referência, você tem, desde a utilização para base, sub-base de passeios, pisos de praças e pontos de encontro, bem como acabamento de jardinagem e aterros de valas, de rede de água e esgoto. E a execução de contenções, tipo gabião e pedra argamassada. Gabião são aquelas caixas de tela que você põe pedra dentro para fazer a contenção de encostas. Essa reciclagem de material traz uma série de benefícios ambientais, sendo um deles a preservação de recursos naturais, na medida em que você deixa de utilizar pedra britada, rachão. Você, diminuindo esse consumo, diminui a necessidade de



fazer essa extração na natureza. Usando na própria obra, evita-se a necessidade de transportar esse entulho até o local de disposição. Com isso, você reduz a circulação de caminhões pela área urbana, evitando maiores problemas no trânsito e também reduzindo aí a queima de óleo diesel, que é um combustível fóssil que, além de poluir aqui o ar da gente, ele também emite gases chamados de gases de efeito estufa, que provocam o aquecimento global da Terra. Além disso, utilizando esse material, evita-se a necessidade de utilização de um aterro para a disposição desse material. Próximo. Falando um pouco agora sobre a caracterização ambiental da área do projeto, aqui, o que está em amarelo são os limites aqui, da Subprefeitura de M'Boi Mirim, cujo limite foi adotado para os estudos socioeconômicos como área de influência indireta para esse estudo. E, aqui, o limite da Bacia do Córrego Ponte Baixa, que é a área de influência indireta que foi considerada nos estudos do meio físico e biótico. Próximo. Aqui, nós temos a área hachurada pelas obras do projeto. E esse limite aqui em marronzinho, meio alaranjado, que seria a área de influência direta, ou seja, é uma área onde, embora não haja uma interferência direta da obra, eles vão sofrer alguma interferência da execução das obras, principalmente no período de obras. Problemas como o problema de formação de poeira, ruído, interferência no trânsito, alguma necessidade de remanejamento de infraestrutura, de água, energia, alguma coisa assim, que acaba trazendo algum transtorno para a população que está nessa área. Próximo. Aqui é o mapa do zoneamento da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Nós vemos que isso que está em rosa e em azul, no zoneamento é considerado como ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social, onde existe a ocorrência aqui de muitas favelas, sub-habitações. Então, há uma prioridade aqui na utilização para habitação social. E tem aqui uma área de zona mista, onde é permitido tanto o uso residencial como também atividades econômicas, principalmente comércio, serviços. E isso que está em marrom seria a área de uma ZPI, que é Zona Predominantemente Industrial, onde seriam instaladas aquelas atividades que geram algum incômodo para a população. Próximo. Com relação à qualidade do ar, foram utilizados aqui os dados do monitoramento da CETESB. A CETESB tem uma rede de monitoramento em toda a Região Metropolitana e são dados muito importantes, porque tem um dado histórico, não é só fazer uma medição. Então, aqui, foram utilizados dados da estação de Santo Amaro, que fica aqui, próxima da área do projeto. E foi verificado que, nos últimos anos, o monitoramento mostrou que não houve ultrapassagem dos limites para o material particulado abaixo de dez micra. São partículas bem fininhas, mas que trazem problemas para a saúde da população. O PPS, que é partículas totais em suspensão e o monóxido de carbono. Todos esses parâmetros aqui estiveram abaixo do limite considerado máximo. Entretanto, houve diversas ultrapassagens de limite no caso do ozônio. O ozônio é um gás que faz mal para a saúde humana. E, em função dessas ultrapassagens, ele é classificado como grau de saturação severo. E, no critério da CETESB, na classificação global da área, ela considera a situação pior. Mesmo que você tenha três parâmetros que estejam bons, o fato



de ter um parâmetro que ultrapassa os limites, ele já classifica toda essa área como saturado severo. Com relação a níveis de ruído e vibração, foram efetuadas medições de ruídos e vibração ao longo do projeto, principalmente no que se denomina como receptores críticos, que é onde você tem escolas ou estabelecimentos de saúde. Todos os resultados dessas medições indicaram que os níveis de ruído estão acima dos limites estabelecidos pela norma da ABNT para o tipo de ocupação existente. A questão – essa é uma situação que ocorre em toda a Cidade de São Paulo. Em diversos outros projetos que a gente pôde acompanhar, as medições frequentemente estiveram acima dos limites. Com relação às vibrações, eles também resultaram em valores acima dos limites. Aqui, no caso, não existe uma norma nacional estabelecendo esse limite. Então, foram adotados limites que são adotados pela CETESB através de uma decisão da Diretoria da CETESB. Próximo. Com relação à Geologia da área, nós temos basicamente duas porções. Essa porção em amarelo, que é constituído de um relevo bastante plano e está assentado sobre depósitos sedimentares recentes. São as várzeas do Rio Pinheiros e do Córrego Ponte Baixa. E tem uma porção aqui, que está em roxo e marrom, que é uma região onde você tem um relevo mais íngreme e acidentado, ele é mais cheio de morros. É onde você tem problemas de escorregamentos e problemas de erosão, em função da retirada da cobertura vegetal natural. Então, o solo fica sem proteção, ele acaba sofrendo escorregamentos. É nessa região que existe, inclusive, uma série de obras da Prefeitura, de manutenção, em função de escorregamentos que ocorreram. Próximo. Com relação à Geomorfologia, a situação reflete a Geologia verificada. Nós temos aqui, em amarelo, que é a região classificada como planícies aluviais, que são justamente as várzeas do Rio Pinheiros e do Córrego Ponte Baixa. É uma região então que ocorrem problemas justamente de inundação, por ser muito plano, a água não escoar rapidamente. E onde tem acúmulo de material trazido pelo curso d'água. E essa parte em creme é justamente a região de morrotes alongados paralelos, ou seja, a região de morros e o problema aqui é erosão e escorregamento de encostas. Próximo. Com relação aos recursos hídricos, em relação à qualidade da água, nós vimos que todos esses dois cursos estão muito poluídos por lançamento de esgoto e lixo. Esses cursos d'água estão classificados, enquadrados na classe 4, que são águas que são impróprias para consumo humano e são apenas passíveis de utilização para usos menos exigentes. Este mapa aqui mostra o limite do Córrego Ponte Baixa. Tudo isso que está aqui em rosa são áreas urbanizadas. E isso que está em laranja são áreas de favela. As áreas que estão desocupadas, com vegetação e que são mais permeáveis são essas que estão em verde claro, aqui. Então, o que acontece? Observe que a maior parte dessa Bacia, nós fizemos uma medição e 85% dessa área está impermeabilizada. O que acontece, com isso? Toda a chuva que precipita aqui não filtra no solo, ela vai escorrer toda para os cursos d'água, chegando rapidamente aos cursos d'água e aumentando o volume desse rio. E isso é uma das principais causas dessas inundações que ocorrem no Córrego Ponte Baixa, além do problema da sessão de



escoamento insuficiente. Aqui, nós temos algumas informações sobre o Córrego Ponte Baixa. Embora seja uma Bacia relativamente pequena, apenas com oito quilômetros quadrados, ele tem uma vazão de cheia grande. Essa vazão aqui foi resultante do estudo hidrológico feito para o projeto e é a vazão então que foi adotada no dimensionamento das obras hidráulicas desse projeto. Próximo. Aqui estão apresentadas as áreas contaminadas, cadastradas pela CETESB. São basicamente – a maior parte é de postos de combustível que tiveram problemas de vazamento dos tanques e acabaram contaminando o solo. A maioria está em processo de remediação. Observe que, na área do projeto, não existe nenhuma área cadastrada pelo CETESB. Além disso, no âmbito do estudo ambiental realizado, foram feitas coletas de sedimento, ou seja, material do fundo do Córrego Ponte Baixa e feita análise em laboratório. Os resultados dessas análises indicaram a presença de alumínio total, ferro e manganês acima dos limites estabelecidos pelas normas. E isso faz com que, embora não seja considerado um material perigoso, ele não é um material inerte. Então, ele é considerado não inerte e fazendo com que todo o material escavado do leito tenha que ter uma destinação adequada para um aterro que esteja habilitado para recebimento desse material. Próximo. Com relação à vegetação, nós vimos, pela imagem aérea, que são muito poucos os remanescentes. São poucos remanescentes presentes na região. Elas ocorrem na forma de pequenas ilhas e com grande presença de espécies exóticas. Exóticas são espécies que não são nativas daqui, são espécies que vieram de outros locais – até de outros países. Próximo. Aqui, foi feito um mapeamento da vegetação que vai ser diretamente afetada, ou seja, aquela que vai ter que ser removida para a implantação do projeto. Essa vegetação basicamente se refere em algumas praças e alguns terrenos particulares como aquele previsto para implantação do conjunto habitacional. E aqui, ao longo da Avenida Guido Caloi, onde se tem vários exemplares que foram plantados junto ao passeio. Ocorrem também, ao longo do Córrego Ponte Baixa, algumas árvores isoladas. Próximo. Aqui tem um resumo, então, do que vai ser afetado, em termos de vegetação. São cerca de 3,7 hectares de áreas com vegetação, formadas por praças e, também, alguns terrenos particulares. E um total de 825 árvores isoladas, sendo pouco mais da metade nativas e as demais espécies exóticas. Próximo. O estudo de fauna foi feito com ênfase na avifauna, ou seja, no estudo das aves. Porque a ave é considerada um ótimo bioindicador do grau de conservação ambiental da área. Isso significa que espécies que são mais exigentes, que precisam ter um ambiente mais preservado, elas não conseguem ficar nessas áreas que já estão alteradas. Aqui, na região, no estudo, foram identificadas as espécies que têm baixa sensibilidade a alterações, ou seja, são aquelas espécies que estão adaptadas a ambientes antropizados. São espécies que a gente encontra aqui, em todo o Município de São Paulo, são o bem-te-vi, sabiá-laranjeira, curruíra, rolinha, sanhaço, quero-quero e assim por diante. Próximo. Aqui é o mapeamento de uso e ocupação do solo. Isso que está em rosa eu já mencionei, são áreas urbanizadas e isso que está em cinza são



áreas de equipamento urbano. Aqui tem uma área grande – aqui é um cemitério. E as áreas verdes, que são realmente áreas de vegetação, formada de capoeira e mata. Próximo. Aqui foi feito o mapeamento do uso existente na área diretamente afetada. Aqui está a área – quer dizer, na verdade, foi identificado o lote todo. A área que vai ser afetada é uma área pequena. Então, tem algumas propriedades que vão ter uma pequena área que será desapropriada para a implantação do projeto. Aqui, nós temos a garagem da SP-Trans, aqui a área da antiga fábrica da Caloi, aqui a Fatec, aqui o terminal do Guarapiranga, a área do reassentamento. Aquele conjunto de prédios que nós vimos, lá, do Condomínio das Américas. Próximo. Em relação então à ocupação que será diretamente afetada, foi identificado um total de 63 estabelecimentos comerciais e de serviços, dois equipamentos institucionais – que são aquela garagem da SP-Trans e a Fundação Casa, que vai ter uma pequena parte do terreno afetada. Esses equipamentos sociais são as escolas, creches, que também vão ser afetadas apenas em parte do terreno. Não há nenhuma situação de inviabilização de nenhum desses estabelecimentos. E três áreas industriais, 11 ocupações mistas – que é casa com comércio ou casa com serviços, geralmente, na frente, na garagem, na frente a atividade econômica e a moradia atrás ou em uma parte inferior e superior da residência, no caso de sobrado. Praças e 206 residências. São residências que são ocupações regulares – ou seja, não são invasões, são regulares – que vão ser devidamente indenizadas dentro do processo de desapropriação. No total foram estimados em 300 imóveis. Próximo. A ocupação irregular – que são as áreas de favela – foram quantificadas separadas. Foi aqui estimado um total de 671 domicílios, abrangendo as várias ocupações que existem ao longo dos cursos d'água. Próximo. Aqui tem um quadro-síntese dos principais impactos, daqueles que apresentam uma grande magnitude ou grande importância. O primeiro deles, nós temos aqui o aumento de áreas permeáveis. Isso é muito importante em uma Bacia que está bastante impermeabilizada, como nós vimos 85% da área está impermeabilizada. Aqui, nós vimos que o projeto prevê 53.000 ou 54.000 metros quadrados de áreas verdes a serem implantadas. A redução de ocorrência de inundações ao longo do Córrego Ponte Baixa. Esse, eu diria que é um dos principais impactos positivos deste projeto, em função dos danos, prejuízos e o risco que vive essa população. O meu tempo está esgotando, eu vou acelerar um pouquinho mais. Então, nós temos, depois, a criação de novos habitats para a fauna, que são justamente essas áreas verdes que vão ser criadas. Geração de expectativa positiva em relação ao empreendimento, que é a expectativa que a população tem, aqui há, se não me engano, mais de 20, 30 anos, com a solução desse problema. Isso gera uma expectativa para que solucione desta vez. Deslocamento compulsório de população ou atividades que estão em propriedades regulares. São as situações dos imóveis que vão ser indenizados pelo processo de desapropriação. Deslocamento compulsório de população que vive em áreas de risco ou ocupações irregulares, que também é um impacto positivo, na medida em que um contingente significativo de pessoas vão deixar de morar em



local com risco de vida e também para a sua saúde. A alteração do uso do solo na área do empreendimento e seu entorno. Isso, após a implantação desse projeto, vai haver uma atração de novas atividades, sejam comerciais, sejam de serviços. E, principalmente, de moradias, na medida em que você consegue eliminar o problema das enchentes e urbanizar a área, para permitir então, através desse viário, a ocupação por residências. Aqui, a questão também da interferência no patrimônio arqueológico, que basicamente é um impacto potencial porque depende de verificar no subsolo, o que vai ser feito durante o processo de construção. Aumento de acessibilidade e redução no tempo de viagem, também um impacto muitíssimo importante do problema que existe de transporte aqui, na região. Sinergia com projetos colocados. Nós temos o Programa Córrego Limpo e também o Plano Viário Sul, que foi recentemente apresentado em audiência pública, que prevê a extensão aqui da Marginal do Pinheiros, que vai interligar diretamente aqui com a Avenida Guido Caloi. Então, há uma sinergia muito grande com esse projeto. A melhoria da qualidade de vida da população, como eu já disse. A alteração da paisagem. Hoje, tem uma situação totalmente degradada, para uma situação totalmente urbanizada e com muito verde. Próximo. Aqui tem os programas que foram previstos. Eu estou com o meu tempo já esgotado mas eu gostaria de comentar apenas este primeiro, que é um plano que prevê a gestão da implantação de todos esses programas e a supervisão da obra, fazendo que o acompanhamento da implantação de todas as medidas que estão aqui propostas e também a recuperação de eventuais impactos que venham a ocorrer. Próximo. Concluindo, o trajeto contempla, ao mesmo tempo, a solução dos problemas das enchentes, dos congestionamentos da Estrada do M'Boi Mirim e Avenida Guarapiranga, da necessidade de remoção de famílias de áreas de risco e resolver o problema da baixa acessibilidade e mobilidade na região, na medida em que você implanta um novo acesso e você dá fluidez a esse trânsito. A maioria dos impactos de grande magnitude é positiva, permanente, de abrangência local e regional, enquanto que a maioria dos impactos negativos é pequena – é de pequena a média magnitude, temporária e de abrangência local, ela ocorre mais no entorno da obra. O estudo mostrou que a implantação e operação das obras que compõe esse projeto não apresentam nenhum impacto grave que possa inviabilizar o empreendimento. Pelo contrário, os benefícios socioeconômicos e ambientais proporcionados são muito maiores do que os prejuízos previstos. Além disso, os impactos negativos ou adversos podem ser controlados através das medidas – através dos programas ambientais propostos. Assim, conclui-se que este projeto é um projeto ambientalmente viável. Era isso que eu tinha para falar. Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo - Antes de nós darmos a palavra aos inscritos, eu precisava avisar que o posto de gasolina está pedindo aos proprietários, que dois carros que estão estacionados lá sejam retirados. Dois gols: 6607 e 6856, que estão impedindo o abastecimento do posto. Nós temos também, aqui na mesa, o Pedro Algodoal, que está à disposição para responder às perguntas que



forem colocadas pelos presentes. Nós temos, inscritos, 46 inscritos, entre entidades e cidadãos não vinculados às entidades. É uma autoridade, que é o vereador Milton Leite. O vereador vai precisar se retirar, então nós vamos inverter a ordem, atender a uma solicitação dele e dar primeiro a palavra para o vereador. Depois, então, eu vou chamando as pessoas. É muito importante que as pessoas respeitem o tempo de, no máximo, cinco minutos, para que todo mundo possa falar e todo mundo participar do debate. Está bom? Então, vamos começar. Vereador Milton Leite, por favor.

Vereador Milton Leite - Eu pediria que, se você pudesse colocar a imagem aérea só, da região do Córrego Ponte Baixa, ajudaria. Eu quero cumprimentar as senhoras e senhores todos os presentes, o Senhor Secretário, a Regina Barros – muito importante – o Eduardo Jorge, aqui o subprefeito Beto Mendes. Enfim, a todos e a todas. Secretário, a região do Córrego Ponte Baixa – ele vai localizar aqui, Secretário – eu, que já pude nadar e pescar ali, antigamente, no Jardim Klein era um lago, era chamado Chácara Klein. Era um lago bonito, maravilhoso. Quem lembra, aqui para baixo, era conhecida, a Curva do Figueira Grande, como a Curva da Morte. O Jardim Thomas, que o nosso apresentador falou – para o senhor, que tem preocupações ambientais – era uma chácara de extração de cal. Era conhecido como Jardim Caulim. O Jardim Thomas era uma área extrativa de cal, Secretário, aos tempos que se remontam a essa região. A luta nossa, secretário, para que nós tenhamos a duplicação e canalização do Ponte Baixa, é uma luta que nós viemos fazendo por etapas. Da região onde era esse lago a que eu me referi, da Rua Leolindo Kmori – que hoje já está canalizada a parte dele – ela desconfinou. Eu tive que, em uma manhã de 1999, queimar pneus lá em M'Boi Mirim. Eu botei fogo na região lá, diversos – paramos a avenida, para chamar a atenção do senhor prefeito Celso Pita, para que permitisse que aquela região fosse canalizada. Fiz greve de fome no início da Leonildo, paralisei, fiquei dias lá, até que se iniciou a canalização, pelo então secretário, hoje falecido, Reynaldo de Barros. Nós vínhamos lutando por isso já não é de hoje. Esse trecho da Leonildo – isso, em 99. Em 99 – eu já era vereador – eu já fazia emendas ao Orçamento, para colocar recursos para essa obra. Se fizermos um histórico de 99 – e o que eu falo é fácil de ser comprovado, secretário, porque tudo o que eu falo está publicado no Diário Oficial. Não há como retroagir. A palavra do vereador está publicada. Eu olho aqui a lista de emendas que eu coloquei, no Diário Oficial, de recursos para fazer essas obras. E no início da gestão Serra – na gestão Serra, não do Kassab – ele ganhou – o secretário de obras era o Antonio Arnaldo – para baixo do Conjunto das Américas, também em uma situação de emergência, nós conseguimos fazer uma canalização que eu entendo que ela foi feita de maneira equivocada. Ela estrangulou a avenida – quem fez foi o Antonio Arnaldo, não foi precedida, me parece, dos estudos necessários. Para baixo, ela está canalizada, confinada. É uma galeria totalmente segregada. Foi feito no início da gestão Serra. Ela confinou e causou – na altura da Rua Capitania Hereditárias. Ali, causou problemas demais para essa população. Mas atendeu, em parte, naquele momento, o pleito. Em 2003 eu, preocupado com a



canalização desse córrego, a Cidade de São Paulo discutiu o Plano Diretor Estratégico. Neste terreno aqui, secretário, que o senhor fala aqui – está vendo essa manchinha aqui? Eu coloquei uma ZEIS, Zona Especial de Interesse Social. Sabe por que eu coloquei uma ZEIS, secretário, por emenda minha? Para que, hoje, se não tivesse colocado uma ZEIS, teria um supermercado Sonda lá, hoje. É lá que nós vamos levar a população que sairá das margens do córrego. Em 2003 eu pensava nisso, Secretário. Em 2003, por emenda minha, eu fiz isso. Lá se tornou uma ZEIS. Esse terreno, hoje, senhoras e senhores, já foi pago, é da Prefeitura. A população que vai sair vai morar ali, naquele terreno ali, onde era a Impressora Paranaense, a antiga Impressora Paranaense – para que todos saibam, já é da Prefeitura, a propriedade, conseguimos desapropriar, conseguimos pagar, ela está destinada para esse fim. Com relação, Secretário, às mortes que houve, às vidas que se foram ao longo desse tempo, não foi uma morte, secretário. Foram cinco. Cinco mortes, Regina, que nós tivemos lá. Foram duas mulheres – uma, na altura da Rua Quimili, que não é mencionada. Na área do parque linear, onde está lá o Jardim Letícia, nós perdemos três crianças que morreram afogadas lá. Nós não perdemos só a professora. A professora foi a gota d'água. Nós perdemos cinco pessoas, três crianças e duas mulheres adultas. A outra foi na Bento Leite, na Rua Quimili, subindo a Bento Leite, o afluente. Para que os membros da mesa se localizem, é o afluente que sai na altura do piscinão que será feito na altura do Piraporinha. Na rua Inácio de Souza, lá em cima, conhecido como Quimili, lá nós tivemos uma morte. E onde será o parque linear, tivemos três mortes de três crianças e culminando com a professora. O ano passado – já deveríamos ter começado a obra. Mas, aí, diziam o seguinte: A obra é cara, vereador. Estão brigando pela obra. A obra é cara, vereador. Eu coloquei na obra – publicado no Diário Oficial de 2011, eu fui relator do orçamento dos últimos sete anos e os sete anos eu coloquei dinheiro para essa obra. Algumas, eu lia no *Estado de S. Paulo* e *Folha de São Paulo*: “Retiraram dinheiro do Córrego Ponte Baixa.” E eu brigando para que fizesse. Retiraram o dinheiro – basta ir buscar os jornais. E eu colocava. Por fim, o ano passado, em reunião minha com o secretário, eu coloquei o ano passado, para fazer, em 2011, a obra, 60 milhões para canalização do Córrego Ponte Baixa e mais 30 para remoção de famílias, no município. Sabe quanto chegou no orçamento da Câmara Municipal, quando eu fui relatar o orçamento? Zero. Não tinha um centavo. Assim como foi no ano de 2012. Neste ano, do Executivo, não veio um centavo. Eu, preocupado com isso, coloquei as seguintes emendas – as que levam minha assinatura porque eu relatei o Orçamento. 50 milhões em uma rubrica e 80 em uma outra. Por que eu tive que aguardar? E a minha luta foi incansável. Nós, hoje, aqui, não teremos vitória nenhuma. Estaremos comprimindo – aqui, tentando passar uma etapa do sofrimento que todos nós tivemos aqui. E eu falo com a tranquilidade, secretário, de ter nascido e sido criado aqui. Pois quando eu disse para os senhores que eu nasci ali, o senhor não imaginava aquilo era um lago, acho que não tinham idéia de que aquilo era um lago, havia extrativo de cal e eu pesquei naquela região, secretário. Eu pesquei peixe,



ali. Hoje, eu vi essa degradação ao longo de todo esse tempo, eu vejo como sofrimento, mas a nossa população não teve alternativa. Aqueles que, às vezes, eu vi na exposição, estão praticamente dentro do córrego – aquelas famílias que estão dentro do córrego – eu vou precisar mais do que o seu tempo esgotado. Não será possível. Eu vi, Secretário. É que estão falando aqui em tempo esgotado e não é possível falar em tão pouco tempo. Eu disse o seguinte, secretário: Nós, que vimos essa região sofrer, degradada, lutarmos para – que nós perdemos vidas nossas, aqui. Graças a Deus, este ano não choveu ainda. Nós não desistimos. Estamos lutando, não haverá vitória de ninguém, nem minha e nem de ninguém. Estaremos superando uma etapa do sofrimento que nós passamos aqui. Eu fiquei encantado com o projeto. Eu tenho que parabenizar a Secretaria, a SIURB e tudo, que foram feitas várias reuniões com o Secretário Elton Santa Fé, no ano passado, precedendo ele o Marcelo Branco, pedindo que fizesse a obra. Me disseram: “A obra é cara.” Por que eu permiti que se atrasasse a obra? O valor da obra licitada – a concorrência, era para ter colocado na rua o ano passado. Aí, me disseram o seguinte: “O dinheiro da Prefeitura não dá para fazer. Milton, você colocou dinheiro, mas não dá.” O valor da obra é 398 milhões de reais. É um contrato assinado com a empresa Camargo Corrêa, que ganhou a concorrência pública. Não estando incluso neste 398 o projeto habitacional, que é o terreno que a Prefeitura pagou, que eu coloquei emenda para pagar. Não está incluso. E a construção dessas casas, que vão mais 80 milhões, que também tem uma outra rubrica minha, também, para fazer as habitações. Caso não seja possível fazer pelo PAR, eu já coloquei o dinheiro lá, para isso. Eu tomei o cuidado de colocar o dinheiro e eu tenho compromisso, senhor prefeito Gilberto Kassab, de fazer, domingo, 12 horas – só um segundinho – eu me reuni com um dos candidatos a prefeito, vou me reunir com os outros três, porque eu quero compromisso de eles continuarem a tocar essa obra. Eu fui na casa de um e vou na casa dos outros três. Prefeito bom é aquele que faz as nossas obras. Prefeito bom é aquele que continuará a fazer. O prefeito Kassab vai iniciar, eu não tenho nenhuma dúvida de que vai iniciar. Por que eu tive a paciência? Porque me disseram o seguinte: “O Governo Federal precisa entrar com algum dinheiro.” A Dilma está disposta e aprovou – já aprovou 140 milhões de reais para essa obra. Então, terá dinheiro do Governo Federal nessa obra. Por isso, ela atrasou um ano. Era para ter feito, já, o ano passado. Aí, me disseram o seguinte: “O dinheiro que nós temos não dá. Vamos aguardar o dinheiro do Governo Federal.” É bem vindo, é muito bem vindo, nós precisamos, para fazer essas habitações, para fazer o viário todo, para fazer a canalização toda, é preciso. Então, Secretário, eu teria que ficar falando dessa obra, da demanda dela, do que ela significa para a população – eu vou encerrar, Secretário, mais dois minutos. É que nós estamos lutando aqui, Secretário – eu peço ao senhor paciência – nós estamos lutando aqui, como eu disse para o senhor, desde 99, queimando pneu na rua. Eu espero que não haja mais essa necessidade, porque se houver necessidade, eu farei. Se houver necessidade, eu farei. Eu já queimei pneu nessa avenida, contra essas intransigências,



contra essas impaciências que nós tivemos aqui, outrora. É preciso que se ouça o grito dessa população, secretário. Nós não temos nada contra aquilo que o senhor colocou. A equipe do senhor é maravilhosa, o senhor tem sido gentil, de uma elegância comigo, que eu tenho lhe telefonado, quantas vezes, pedindo para que acelerasse o processo? O senhor disse: “Eu tenho um rito a cumprir.” É verdade, eu tenho sido paciente. Faz a concorrência, espera a Caixa Econômica aprovar. A Caixa Econômica Federal não está de acordo com uma linha, que tem que ser publicado em Diário Oficial – eu já ouvi justificativas mil para o atraso dessa obra. A Caixa Econômica não gostou porque não saiu o texto do jeito que ela queria. Não está de acordo. Mas, meu Deus do céu, não é possível. Será que vai mais um ano? Vocês não têm ideia do que é lutar por uma obra, que nós estamos lutando aqui. Não é só a licença ambiental. Por fim, superamos tudo isso, foram feitas as publicações, foi assinado com o Governo Federal, o protocolo com a Caixa Econômica Federal, o Ministério das Cidades aprovou, publicou no Diário Oficial, do jeito que a Caixa Econômica Federal queria, tomaram todas as providências legais. Fez, publicou essa concorrência pública, outro parto. Assinou, houve o ganhador, impugnações, resolveu-se. Agora, estamos na fase da licença final, ambiental. Pelo projeto – eu me esqueço o nome do apresentador, lá. O Ivo fez uma excelente apresentação. Na palavra final dele, a todos nós aqui interessa o seguinte: o projeto é benéfico para a região. Ivo, eu não podia ouvir, eu esperava outra coisa. Na audiência pública que vai tratar do licenciamento, o autor diz: “Olha, esse projeto só traz melhoria, no aspecto de economicidade de tempo, de queima de combustível, de qualidade de vida para a nossa população” – que não foi mencionado, mas ele traz isso, redução do tempo de permanência no trânsito. Enfim, tem todas as melhorias e algumas vidas que nós estaremos poupando, se nós quisermos. E a qualidade de vida que nós teremos aqui, nesta região. Só para concluir, secretário. O Ivo colocou, disse o seguinte: Algumas famílias estão dentro do córrego. É verdade. É verdade, estão dentro do córrego, estão dentro das margens, menos os 30 metros que o Código Florestal, que o senhor respeita, determina, de 1965. Mas a essas famílias não foi dada a oportunidade de morar fora. Se tivessem aquela casinha ali, aquela manchinha vermelha, o apartamento, não estariam lá. Seguramente, ninguém estaria na beira do córrego ou dentro do córrego. Se nós, hoje, estamos sendo retirados da beira do córrego, no cadastro que a Prefeitura fez aqui, o secretário de Habitação fez, a situação socioeconômica dessas famílias é difícilima, é de extrema dificuldade. Ninguém está morando na beira do Córrego Ponte Baixa porque quer. É porque a vida o empurrou para lá. A vida o empurrou para lá. Ninguém quer – se pudesse morar no Morumbi, Campo Belo, nos Jardins, estariam lá. Só estão ali porque não dá. Então, quando nós chegamos hoje nesta audiência pública, Secretário, fazer um apelo ao senhor, à Regina – toda a sua equipe foi fantástica, da SIURB, todos trabalharam nessa direção. Eu, permanentemente, tenho pedido isso, mas tenho recebido a maior compreensão. É verdade que o Governo Federal atrasou, mas deram 140 milhões para a obra. O poder de perdão



deles é muito grande, com 140 milhões, considerando que o município não tem dinheiro para fazer a obra. O prazo de 36 meses inicial é estimado, por conta desse dinheiro, em dois anos, para concluir toda a obra. Para nós, estaremos satisfeitos. Claro que não resolve todos os problemas da região. Mas, aí, nós teremos, no Viário Sul – que eu coloquei e pedi para o senhor Gilberto Kassab. O Viário Sul, o que é o Viário Sul? É a duplicação da Estrada da Baronesa, a duplicação da Estrada do Guavirituba, a Estrada da Cachoeirinha e a Estrada do Guarapiranga, interligando, em cima. Para nós, desse lado aqui da Represa, esse viário, que eu tanto lutei por ele e continuo lutando, foi feita a primeira audiência pública, se os senhores notarem, as notas taquigráficas da Câmara não vão mentir. Eu tomei um porrete, secretário, no plenário da Câmara, para aprovar o orçamento para o Viário Sul, que é nosso. Eu apanhei aqui, na Câmara Municipal, dos outros vereadores. Mas não havia discurso contrário. Para aprovar a lei nessa Câmara, secretário e senhores presentes, eu tive que aprovar uma lei que permitisse fazer estação na Câmara Municipal de São Paulo. Alguns diziam: “Ah, o Milton que mora lá, lá tem os correligionários dele.” E criaram todas as dificuldades possíveis e impossíveis. Por fim, eu convenci a todos que era a população que estava recebendo e eu não, a votação da lei. A lei, eu tenho a cópia, vou dar para todos, vou mandar distribuir o calendário, historiando quem votou a favor ou não dessa obra. Quem votou a favor e quem votou contra a aprovação dessa obra aqui do Córrego Ponte Baixa. Foi votado no plenário da Câmara Municipal, foi por mim liderado, eu discurssei e pedi, assim como no Viário Sul. No Orçamento de 2012, que o Santoro está aqui e sabe disso, eu coloquei dinheiro para todo o programa viário. O executivo não mandou nada. Eu fui lá e criei as rubricas. Apanhei dos meus colegas vereadores. Eu disse: “Não sou eu que estou precisando.” É a região mais crítica da Cidade de São Paulo no aspecto de transporte. O transporte coletivo está nos matando aqui, de manhã. Está nos matando. Era preciso. Eu vou concluir. A impaciência de alguns, eu até entendo, porque todos querem desabafar, como eu. Todos querem desabafar e falar. É verdade, ou não é? Então, pessoal, olha aqui, por que é que eu vou sair mais cedo, hoje? Eu pedi para falar e vou justificar aqui. Hoje, por volta de 17 horas, o morador nosso, morador aqui – ali, próximo à Quimili – eu só vou justificar a ausência, pessoal. Por volta de 17 horas, aqui na Ponte Cidade Jardim, ali tem uma banca de frutas, um amigo nosso se suicidou, de nome Vânio, se suicidou dentro do banheiro, ali. E eu vou lá, agora, acorrer à família, que são os amigos, ajudar na parte que é necessária. Um rapaz novo acabou de se suicidar aqui, na Ponte Cidade Jardim, por volta de 17 horas. Eu estava vindo para cá quando recebi a notícia. Por isso eu pedi a inversão de pauta para falar porque, normalmente, quando eu faço audiência pública de orçamento, eu sou um dos últimos a falar, como sempre fiz. E, no final deste ano aqui, de 2011, também fiz audiência, com o mesmo público aqui presente. A grande maioria estava aqui, na audiência do Orçamento, em que eu me comprometi a botar o dinheiro. Eu estou justificando, coloquei o dinheiro que não tinha para fazer as nossas obras. Secretário, eu só vou fazer um apelo e



à Regina. Vocês têm sido de uma correção fora do comum. Façam aquilo que vocês sabem fazer no menor tempo possível, para que a comunidade – já que nós temos a concorrência, temos o dinheiro, só falta a licença ambiental. Com a palavra do Ivo que está tudo certo, é só aprovarmos. Eu não sei o tempo que será necessário, mas eu tenho certeza e confiança no senhor e na Regina, na equipe do senhor, que o fará em tempo recorde. É um apelo só que eu faço hoje, secretário. Eu ainda vou ficar mais uns dez minutos, mas já saio de antemão agradecendo, na certeza de que vocês vão nos atender. Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo - Então, nós vamos agora começar a chamar as pessoas inscritas, pedindo para que as pessoas respeitem o tempo, para nós darmos conta das 46 pessoas inscritas, para que todas se manifestem. Então, primeiro eu vou chamar e, por favor, as pessoas vão ficando na fila para a gente agilizar o processo, Vicente de Souza, Associação de Moradores do Jardim Guarujá; José Maurício Júnior, Associação de Moradores Miami Paulista e Adjacências e Marilac Nunes Lacerda, Associação Recanto Santo Antonio e Adjacências. Por favor.

Vicente de Souza - Eu sou Vicente de Souza, do Jardim Guarujá, da Associação de Moradores do Jardim Guarujá. Nós estamos aqui juntamente com todos os moradores daqui do Jardim Letícia, estamos apoiando eles, aqui do córrego também, para apoiar porque, mesmo nós não participando daquela tragédia que teve aqui, nas enchentes, nós vimos pela televisão e vimos o sofrimento, quando a professora foi achada embaixo de um ônibus. Nós ficamos sabendo também das outras pessoas que morreram no córrego aí, entendeu? Então, nós também sentimos, porque nós somos população e como vocês, a gente tem o sangue fervendo e tem que ser a hora de cobrar, vai ser essa hora. Tá bom? Então, eu gostaria de saber aqui, do senhor secretário – muito bonito, que foi apresentado. A gente gostaria de saber quando é que vão começar essas obras. Porque nós estamos aqui, nós não vamos ficar aqui perdendo o nosso tempo, deixando nossas famílias em casa, muitos deixaram de trabalhar, estão todos ansiosos aqui, parece que tem um jogo do Brasil aqui, para fazer o gol de comemoração da vitória. Pode ver, que está todo mundo ansioso. Então, nós queremos o início das obras já. O que é que está atrapalhando para essa obra continuar? O que é que é mais importante, uma árvore ou uma vida? É isso que nós queremos saber senhor secretário. Semana retrasada, nós plantamos duas árvores pau-brasil. É importante nós termos árvores, mas uma árvore não vai pagar a vida de um ser humano, nunca. É importante a gente preservar a natureza, é importante isso aí. Mas eu quero que o senhor olhe bem para essa população, que é sofrida. Eu moro nesta região há 47 anos. Eu nasci aqui em Vergueiro. E eu sei o sofrimento dessa população, como é que é. Eu gostaria que o senhor falasse para nós, o que é que falta para essa obra continuar. Se, falta uma ajuda para levantar uma estátua muito pesada, nós vamos ajudar, não vamos? Se for essa ajuda, pode contar conosco. Mas nós esperamos sair daqui, hoje, com uma



promessa e uma certeza de que essa obra vai ser iniciada imediatamente. E que já é importante também começar a comunicar a toda a população aqui da nossa região, o sofrimento que vai ter no interrompimento da Estrada do M'Boi Mirim, para fazer a obra, que a coisa vai piorar muito mais, mas, depois que estiver feita, vai ficar muito boa. Eu só queria essa resposta. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo - O José Maurício, por favor. Depois do Marilac, o José Pereira e a Maria dos Anjos, por favor, fiquem aguardando. Por favor.

José Maurício - Boa noite. Eu queria agradecer a oportunidade, primeiramente a Deus, da oportunidade de estarmos todos juntos em uma comunhão porque dá para perceber que todos vieram aqui no mesmo intuito, porque o que acontece aqui reflete lá no fundão, M'Boi Guaçu, Jacira, Bandeirantes. E não é justo, a gente está vendo na televisão, as pessoas vindo andando lá do Jardim Ângela até a Ponte do Socorro para poder trabalhar. Nem todos os patrões reconhecem o sofrimento do dia a dia, que as pessoas passam, quando acontece essa tragédia. E a gente realmente queria que, hoje, a gente tivesse uma data definitiva, não outra data para ir para o mesmo assunto. Então, outra data para poder falar que isso virou passado e que a história é outra. Porque é isso que virou cenário para a mídia mundial, é vergonhoso, com a nossa região sendo tão rica. Então, no início da obra, com certeza não vai trazer a vida das pessoas que se perderam nessa tragédia, mas, com certeza, o início dela vai dar a esperança de que, futuramente, não vai acontecer com outras famílias. Então, a gente espera, de coração, que a gente tenha um retorno hoje, porque é muito significativo para todo mundo. E, aproveitando, já que o assunto são as obras, ontem a Ponte do Aracati virou notícia nacional, pelo desleixo que está a ponte, não tem grade, as crianças têm que ir para a escola e para a creche. E, quem assistiu a reportagem, viu que é muito perigoso. Então, para também não virar notícia mundial, se tiver como fazer algo de urgente – não reformar ela, que vai dar transtorno mas, pelo menos, colocar uma grade para deixar as pessoas com segurança, pelo menos, para passar, porque as pessoas precisam daquela ponte. Não só os moradores, mas a região inteira, porque, quando dá problema aqui, reflete no fundão e a única passagem é pelo Aracati. E, se aquela ponte cair, vai ficar todo mundo ilhado. Muito obrigado pela oportunidade e Deus guarde todo mundo.

Coordenadora Helena Magozo - Marilac, por favor. Depois, o José Pereira, a Maria dos Anjos e a Maria das Dores.

Marilac Nunes Lacerda - Boa noite a todas e a todos. A todas, em primeiro lugar, porque hoje é o nosso dia. Parabéns para nós, mulheres, lutadoras deste País. Eu fiz aqui uma colinha porque a gente costuma gaguejar assim, quando vê muita gente, não é? Então, eu fiz aqui uma colinha. Meu nome é Marilac, eu sou liderança comunitária do Recanto Santo Antonio, é uma região que está ali, entre o Jardim Letícia e o Novo Santo Amaro. Boa noite à mesa. Eu sou moradora ali, do recanta



Santo Antonio, há 43 anos. Eu praticamente me criei ali, naquela região e conheço toda essa luta que a gente vem travando ali, naquele bairro. Eu sou do tempo que se pegava peixinho ali, no Córrego Ponte Baixa, com a mão. Era água cristalina, a gente bebia a água das lagoas e do córrego. Tem uma região ali em cima, próximo ao chamado Campo do Sabão, que tinha uma bica e a gente bebia água potável, ali. Eu vi muita coisa acontecer em todo esse tempo e em todos esses anos a cobrança da população é muito grande. Então, eu acredito que a minha ansiedade é a de todos que aqui se encontram. E a pergunta que mais nos aflige é quando as obras irão realmente se iniciar, não é? Quantas pessoas ainda irão morrer nas enchentes, não é? Quantos lares ainda serão alagados, no verão. Ainda vamos levar duas ou três horas para chegar no Largo 13 de Maio? Nem digo Praça da Sé, porque você senta no ônibus e dá para ler uma enciclopédia inteira, até chegar lá, não é? Então, por conta de toda essa necessidade da canalização do Córrego Ponte Baixa é que fica aqui a pergunta: Quando vai se iniciar? É isso queremos saber. Obrigada.

Coordenadora Helena Magozo - Senhor José Pereira.

José Pereira de Souza - Boa noite Meu nome é José Pereira de Souza, eu sou do Conjunto Talar aqui, vizinho, de frente para Guarapiranga. É o seguinte, o que eu ia fazer, a pergunta já foi feita, é o que todos nós estamos esperando hoje. Agora, pelo que eu entendi até agora, o projeto já está aprovado, dinheiro tem. A empreiteira Camargo Corrêa já foi contratada. Agora, eu pergunto: a Camargo Corrêa também vai construir um conjunto habitacional para as pessoas que vão sair da área de risco? E quando é que vai iniciar essas obras. Porque eu acho que o conjunto tem que iniciar junto com o trabalho, porque vão remover a família e tem que alocar a família para esse conjunto. Então, eu queria saber do secretário, especialmente, porque, pelo que eu entendi, até agora só falta a mesa bater o martelo. Porque tudo tem: tem dinheiro, tem projeto e tem a empreiteira. Obrigada.

Coordenadora Helena Magozo - Maria dos Anjos, depois a Maria das Dores, a Teresa e a Nir Meire Raquel. Maria dos Anjos, por favor.

Maria dos Anjos - Boa noite a todos. Boa noite, companheiros.

Coordenadora Helena Magozo - Maria, não estamos ouvindo você.

Maria dos Anjos - Boa noite a todos. Boa noite, companheiros que estão aqui e pessoal da mesa. Então, o meu nome é Maria dos Anjos, eu represento aqui o Vera Cruz, com 23.000 habitantes, não estou aqui me representando, eu estou aqui representando o pessoal da minha comunidade e, também, da M'Boi Mirim. Eu não vou falar só da minha comunidade, eu falo também da M'Boi Mirim, que meus amigos, meus companheiros de luta, todos estão – a maioria mora aqui, na M'Boi Mirim. A pergunta que eu tenho para fazer aqui é a seguinte: O projeto que foi apresentado para nós aqui está muito bonito, muito lindo. Eu gostei tanto, que o tempo que demorou, que eu quase até dormi ali. E



fiquei muito feliz, de tanto que gostei do projeto. Mas eu gostaria de saber o seguinte: nós, lideranças desta região estamos lutando pela duplicação da M'Boi Mirim não é só aqui na Ponte Baixa, é até depois do Jardim Ângela. Nós queremos saber quando é que vai ser apresentado para a gente o projeto para toda a M'Boi Mirim. Que precisa da duplicação, nós sabemos que precisa da duplicação. Eu quero saber, aqui, do secretário, quando é que vai ser apresentado para nós, essa duplicação. Outra coisa que eu quero perguntar, falar para vocês, sobre o pessoal que falaram aqui que moram nas áreas de risco, eles estão lá, morando lá, todos nós sabemos. É porque não têm onde morar, não tem projeto de habitação. Porque, se tivesse um projeto de habitação, essas pessoas não estavam lá. E, também, não tem fiscalização como outras áreas do M'Boi Mirim também não tem, fiscalização para olhar essas invasões da beira dos córregos. Então, o que nós pedimos aqui ...

Coordenadora Helena Magozo - Por favor. Vamos ouvir, vamos ouvir.

Maria dos Anjos - ... todos nós estamos aqui para pedir, aqui, nesta audiência pública, é a duplicação do M'Boi Mirim. Porque, no Plano de Metas do Kassab, desde 2008 está lá a duplicação da M'Boi Mirim. E não foi contemplado, que era até 2012 e não começou, do Plano de Metas do Kassab. Eu vi no jornal que o Kassab tirou os 11 milhões da duplicação da M'Boi Mirim para outro serviço, que a M'Boi Mirim não era importante. A duplicação não era importante. Então, nós não somos importantes. Eu quero pedir aos companheiros que tomem muito cuidado, porque nós estamos em ano eleitoral, tá, pessoal. Vamos pensar bem nessas promessas, vamos ver se vai sair do papel o que está aqui, olharmos para isso que está aqui. Vamos ver.

Coordenadora Helena Magozo - A Maria das Dores, a Teresa, a Nir. Depois, o José de Rosa e o José Jalson. Por favor.

Maria das Dores - Boa noite. Eu me chamo Maria das Dores, conhecida por Dorinha. Eu estou ali no bairro Chácara Santana, representando a Associação Clube de Mães Unidas da Chácara Santana. E várias perguntas foram feitas e eu pergunto a mesma. Quando, que mês, que ano e que dia vai começar essas obras? Porque, em 2010, dia 22 de dezembro de 2010, esse Natal eu não tive Natal, porque eu não moro na beira do córrego, mas tem muitos companheiros aqui que moram na beira do córrego. E, para mim, foi muito triste – falou só na morte da professora. Não foi só ela, não, tadinha. Foram várias crianças. Morreu um no Jardim Letícia. Não sei se a mãe está aí, mas tem muitas pessoas aí que presenciaram a morte dessa criança. Ali, na Baltazar de Sá, onde morreu uma criança também que, para mim, foi triste, porque desceu no córrego ali, perto da igreja e foi achada ali, no Cedro do Líbano. E eu que vi a criança e fui avisar para a família. E foi triste, aquelas pessoas que estavam ali, preparando o Natal e, ali, quando a chuva levou todas as casas, levou geladeira, levou fogão, levou tudo. Enquanto essas pessoas estavam viajando, tendo um Natal decente, essas pessoas estavam chorando, sem ter o que comer e sem ter onde dormir. Então, que não fique no



papel, que comece. Porque tudo o que começa termina e nada que começa não termina. Aqui tem várias pessoas – não sei se tem gente aqui da Baltazar de Sá. Isso, tem gente da Baltazar de Sá. Várias pessoas aqui do Jardim Letícia, onde eu acompanhei. Olha, tudo aí, nesse sofrimento. Gente, as pessoas moram na beira do córrego porque não têm condições, como o vereador falou aí. Porque, se eles tivessem condições, eles moravam em outro lugar. Mas mesmo assim, morando na beira do córrego, eles são cidadãos, eles são humanos, eles pagam impostos. Então, eles precisam de uma moradia digna. Então, eu quero perguntar aí, para essa mesa maravilhosa, que vocês moram em um lugar decente, graças a Deus. E eu também. Mas tem que ver essa população porque também ali, aquelas casas ali, na Baltazar de Sá, foram removidas oito casas, a Prefeitura mandou lá – é rapidinho – a Prefeitura mandou derrubar mas estão os entulhos, tudo, lá. É rato que não acaba mais. A gente passa lá, é uma fileira de ratos que não acaba mais. Ali tem criança, tem pessoas. Então, que faça essas obras. Porque, dinheiro, tem. Para onde está indo o dinheiro dos nossos impostos? É isso que eu tenho a falar.

Coordenadora Helena Magozo - Teresa – então, eu vou já falar o nome dos outros. Nir, José de Rosa.

José de Rosa - Boa noite para todos os presentes da Mesa. Eu estou aqui – todos que eu ia falar, já falaram. Porque a gente quer perguntar quando vai sair a obra. Porque eu acho que faz dois anos que teve essa enchente. Então, morreu muita gente. O pessoal está muito abandonado, todo mundo está sem casa, está o maior problema. Então, o que acontece? Não adianta vocês marcarem reunião e ficar aí sentados na mesa, o pessoal sai de casa vem aqui e continua do mesmo jeito. Não adianta. A reunião é para resolver problemas. Nós temos que ter essas reuniões aqui dentro. Olha, isso resolve alguma coisa? Então, quando o Milton estava falando, ele estava falando com razão, porque faz tempo que o Milton luta para poder conseguir e não está conseguindo. Entendeu? Mas, hoje, vocês têm que por na cabeça, vocês não podem sair daqui sem resolver o problema desse povo. Porque nós estamos na rua, nós sabemos o sofrimento deles. Porque a gente está na rua, sabe de tudo. Porque nós estamos noite, dia, qualquer hora que chama, entendeu? Tem que ajudar esse povo. Estão, tudo, aí, abandonados. Então, eu peço a vocês, encarecidamente, com a maior educação, encarecidamente, que não chame o povo para continuar tudo do mesmo jeito, não. Tomem uma providência agora. Depois dessa, vocês têm que tomar providência. Está bom? Desculpe, obrigado.

Coordenadora Helena Magozo - Pessoal, eu quero só explicar ...

Nir Maria Raquel - Boa noite. Eu sou Nir Maria Raquel, representante do Clube de Mães do Parque Europa e Parque Japão.



Coordenadora Helena Magozo - Só um minutinho. Eu só queria explicar o seguinte: nós estamos fazendo blocos de perguntas. Daí, chegando no número 15, nós vamos ter as respostas. E, depois, continuamos. Então, está prevista, neste procedimento, a resposta da Secretaria responsável. Pode falar, por favor.

Nir Maria Raquel - Boa noite. Eu sou representante do Clube de Mães do Parque Europa e Parque Japão. E acompanho o problema do pessoal da Ponte Baixa, faz tempo. E eu gostaria de saber, senhor secretário, se eles vão continuar na ilusão ou se o senhor vai resolver o problema deles. Porque o que eles precisam é de uma solução. Porque não adianta pensar só na parte sua, se eles ficarem nessa situação, não é? Aí, não tem condições. Para eles saírem daqui na ilusão, não tem condições. Eu queria que o senhor desse uma decisão para esse pessoal, que são todos sofredores. Está bom? Só isso que eu gostaria e boa noite.

Coordenadora Helena Magozo - Agora – pessoal, vamos ouvir as pessoas inscritas, senão não chegamos a termo, na reunião. José de Rosa Nascimento, José – Jailson da Silva, me desculpem. Leonardo Teixeira, Pastor Sandro, Antonio Pedro. Por enquanto, é isso. Por favor, José, por favor.

Jailson da Silva - Boa noite a todos. Eu sou Jailson, eu moro no Bananal, Eu quero cumprimentar, em nome do Secretário Eduardo Jorge, toda a mesa e o Subprefeito Beto Mendes. E dizer que fico feliz de ver a casa cheia, nunca vi tanta gente interessada em uma obra como vi hoje à noite. Mas eu queria deixar a minha contribuição com a seguinte sugestão para o Secretário do Verde, para o representante da SIURB. A obra está muito bem projetada, eu não tenho dúvidas disso, as moradias estão garantidas, o córrego vai ser revitalizado. Agora, eu vi também, na apresentação do senhor Ivo, um dos objetivos é o transporte coletivo. Só que, eu não vi, nesse projeto, a instalação de um corredor de ônibus. Porque a gente tem lutado aí pelo transporte, há três, quatro anos, parando a avenida e parece que este mês o povo quer que a gente vá, de novo, para a avenida. A gente está avaliando. Porque a gente tem aqui instalado – o subprefeito sabe muito bem – uma faixa reversível. Toda manhã, tem que usar uma faixa nada contramão, para poder acabar com um pouco da fila que existia. Isso foi uma luta da população da região. Então, se vai ter uma obra tão importante dessa e ela começa exatamente onde começa a faixa reversível. Se planta um corredor de ônibus aí, você não precisa mais pegar essa faixa da contramão, de manhã cedo. Então, a minha sugestão é essa. Outra questão: A gente também ouviu aqui falar hoje de um Plano Viário para a Zona Sul. Nós tivemos a oportunidade, no dia 17 de fevereiro, de estar lá, com o secretário Eduardo Jorge e muitos que estão aqui presentes, e ouvimos este pacote de obras, quase dois bilhões. A M'Boi Mirim vai ser muito beneficiada, graças a Deus, porque merece, não é? O povo aqui é sofrido e tem lutado, tem ido para a rua, graças a Deus. Mas eu volto a repetir, Beto Mendes, subprefeito, secretário do Verde, parabéns, porque vai ter ciclovia em todas essas obras, parabéns, porque eu também quero comprar



uma bicicleta e andar de *bike* com segurança e não morrer, como morreu aquela jovem, na Avenida Paulista, há poucos dias. Eu quero andar e chegar vivo no meu destino. Então, parabéns. Aí, eu volto a repetir: Nessas obras todas que foram apresentadas, a gente vai ser convidado aqui para o secretário dar as licenças ambientais, a gente vai voltar para discutir essas obras, não é hoje. Eu não vi um corredor de ônibus, eu não vi uma proposta de um corredor de ônibus de um quilômetro sequer. Então, enquanto militante aqui da causa do transporte e de tantas outras, a gente vai para a rua por conta disso. Porque a gente quer a duplicação. Eu quero também comprar o meu carro – que eu ainda não tenho – e eu quero ter viário para andar com ele. Mas eu quero ter opção de chegar mais rápido. E chegar mais rápido, é corredor, metrô e trem. Então, se essas obras não contemplarem isso, a gente vai para a rua, quantas vezes for necessário. E, aí, eu quero convocar todos vocês. Por quê? Eu quero finalizar, o meu tempo, eu tenho um minuto ainda, graças a Deus. Então, dentro desse um minuto, eu quero dizer o seguinte a vocês que estão aqui hoje. Quando vocês virem dez pessoas, 50, 100, parando a estrada do M'Boi Mirim, desçam dos ônibus e vão lá com a gente. Vão lá, tá? Porque se a gente não lutar, se a gente não lutar a gente vai morrer, morrer doente. Tem muita gente aí ficando doente, porque não dá para andar. Então, eu quero pedir para vocês, isso. Eu já estou encerrando. O vereador passou o tempo, eu só vou passar 30 segundos. Então, eu quero finalizar dizendo isso, gente. Reforço: eu não sou, mas eu tenho o mesmo direito que ele. Todos nós temos. Eu quero finalizar dizendo uma coisa: Reforço: quando vocês virem a gente na rua, parando a avenida, não atirem pedra e vão junto, lutar com a gente. Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo - Leonardo Teixeira. Depois, Pastor Sandro, Antonio Pedro, Celso, Sebastião e Fátima.

Leonardo Teixeira - Boa noite. Leonardo Teixeira, eu sou comerciante do M'Boi Mirim, estou há 20 anos em M'Boi Mirim e eu conheço realmente os problemas também, e todo mundo que mora no Leticia, aqui, na região. Eu sou representante dos comerciantes da região de M'Boi Mirim. É a REMA. Eu venho aqui porque eu sou morador do Projeto das Américas, estava presente no dia, quase o meu carro foi embora também, no dia, lá. Eu dei sorte, que eu descii dois minutos antes e com água na canela, para tirar o meu carro de lá. Realmente, a professora, minha amiga e a gente perdeu essa pessoa. E fora o menino que morreu no Leticia, também, que era o menino que vendia CD em frente ao Bradesco, lá. Está certo? A informação que eu queria, aqui presente, em termos dos comerciantes e geral, nós, no M'Boi Mirim, parece que tem também um projeto para alargar o corredor em M'Boi Mirim. Nós, comerciantes, que dependemos do caminhão para descarregar, para pegar mercadoria, como é que nós vamos ficar? Se, realmente, encosta o caminhão – eu tenho um açougue em M'Boi Mirim – encosta o caminhão para descarregar carne – que é para eu vender para pagar os impostos – ele encostou, a CET encosta atrás, ou a viatura da Polícia Militar. Agora, quando



vai lá, no meu açougue, roubar, que eu chamo a viatura para atender uma ocorrência, demora tempo para chegar. Agora, a CET chega em um minuto. Primeiramente, é o detalhe que a gente quer saber, como é que vai ficar o corredor para descarga de mercadoria e carga de mercadoria. E a maior informação também, é sobre o valor de indenização. O pessoal da região está perdendo o seu comércio. Tem uma amiga nossa aqui, que está perdendo o comércio dela, moradia. Vai ser pago esse valor, valor de mercado? A informação que eu tenho, mais ou menos, é isso. Eu queria confirmar com o secretário, se, realmente, as pessoas que batalharam, suaram e investiram seu dinheiro para comprar uma casa – talvez nem documento tem ele vai perder o dinheiro dele. Como é que vai ficar? Vai ser pelo valor de mercado ou pelo valor que está no IPTU? É uma informação que nós procuramos saber. Está certo? Obrigado a todos.

Coordenadora Helena Magozo - Pastor Sandro. Por favor.

Francisco Sandro Salas Roldã - Meu nome é Francisco Sandro Salas Roldã, sou mais conhecido como pastor Sandro. Eu gostaria, em memória dessa professora que faleceu, que nós estamos aqui até incentivados por esta causa, eu gostaria, como hoje é Dia Internacional da Mulher e a mulher do M'Boi Mirim não está contemplada, não está verdadeiramente amada por este governo, eu gostaria de fazer um minuto de silêncio. Por favor, fiquem de pé, por favor, para a professora. Vamos fazer um minuto de silêncio, em memória a ela. Obrigado. Dar uma salva de palmas para Jesus, que Jesus é demais. O seu Ivo fez uma apresentação muito bonita, está tudo muito bonito. Mas as pessoas já perguntaram aqui e eu quero só endossar. Quando é que vai começar. E quando é que vai terminar. E quanto tempo vai demorar. E montar uma comissão de moradores para acompanhar essa obra. Isso é importante. Segundo, eu ouvi aqui o senhor Ivo dizendo, mostrando córrego cheio de lixo, cheio de colchão, máquina de lavar, geladeira. Eu quero dizer para o senhor, senhor Ivo, que, aqui na nossa região, nós não temos um canteiro ou usina de reciclagem. Nós tínhamos – tem um projeto aqui no Aracati, onde vai reciclar quatro toneladas por mês. Em vez de o secretário do Verde nos ajudar nesse projeto, fez foi multar o lugar, lá. Como é – para onde nós vamos levar o lixo? Vamos trazer o lixo para M'Boi Mirim? Ou vamos levar para a Secretaria do Verde, lá, para eles se virarem lá? Porque nós temos que ter solução para o nosso lixo. Agora, é muito fácil chegar aqui e dizer que está entupido por causa do tal lixo. Que a professora morreu por causa do tal lixo. Que é por causa do rio que foi por falta de habitação – é muito fácil só botar a culpa na gente. Mas agora, para poder dar solução, não é desse jeito. Onde está o nosso dinheiro da M'Boi Mirim, que o próprio vereador falou, os 90 milhões que foram desviados. Onde é que está esse dinheiro. Sabe? Precisamos nos levantar, precisamos homens e mulheres, remanescentes, que têm autoridade para poder mudar esta Nação e este lugar. Muito obrigado pela oportunidade, uma salva de palmas para Jesus.



Coordenadora Helena Magozo – Vou nomear **as** próximas pessoas inscritas: Antonio Pedro, Celso Sebastião, Fátima Neves, Luciano José dos Santos, Francisco Jurema, Marcos Antonio e Airton. Daí, nós vamos parar esse grupo para as respostas da mesa. Por favor.

Antonio Pedro - Boa noite aqui a todos. Meu nome é Antonio Pedro, sou aqui da M'Boi Mirim e represento aqui a Frente de Entidades Comunitárias do M'Boi Mirim. Eu acho que, se há algum responsável por essa obra do Córrego Ponte Baixa e por todas as obras que vão ter aqui, nos viários da Zona Sul, esse responsável somos todos nós aqui. Todos vocês que, no dia a dia, batem aqui na Subprefeitura, batem na SIURB, Secretaria de Obras, Meio Ambiente, para que o caos que reina aqui, nessa região, seja removido. Então, não é por conta de fulano ou do sicrano, mas, sim, de uma luta que é de décadas, de tudo que tem aqui, sejam projetos habitacionais, equipamentos de saúde, o Hospital do M'Boi Mirim, é luta deste povo aqui. Então, eu acho importante bater palmas, mas também ficar aqui, para ouvir o que está sendo dito. E aqui, nós estamos discutindo, na noite de hoje, não é qualquer projeto. É um projeto que envolve quase meio bilhão de reais e que envolve mais de meio milhão de pessoas que vão ser, aqui, beneficiadas ou não, com essa obra. Na minha opinião, essa obra só traz benefícios para essa região. É uma obra esperada há muito tempo, que tem que ter seu começo, meio e fim e não ser mais uma daquelas obras que se promete em período eleitoral e, depois, se esquece. Então, eu acho que, aqui, nós temos que ter também respostas concretas, em relação ao próprio projeto. Então, aqui, esse projeto, a nossa frente de entidades se reuniu no dia de ontem e discutiu o projeto. Buscou n Internet, olhou lá os detalhes e formulou uma série de questões que estão aqui, na mesa. Que, depois – algumas, inclusive, já foram colocadas. Mas as que não foram, eu gostaria que vocês falassem sobre elas. Então, concretamente, no projeto da Internet consta que essa pista que vai ser marginal ao M'Boi Mirim, ela vai ter três faixas e não duas, como está aqui. Eu queria que explicasse por que lá está três e aqui apareceram apenas duas. E, por esse motivo, inclusive, nós propusemos que tivesse corredor de ônibus exclusivo para priorizar a questão do transporte público. O piscinão, que está previsto para o córrego Inácio Dias da Silva, se ele vai ser ali naquela pracinha da Piraporinha e se ele vai ser coberto. A gente queria essa resposta. Em relação as famílias que vão ser desocupadas, o projeto que está previsto naquele terreno da antiga Paranaense prevê lá 19 blocos e envolve 484 famílias. Mas, pelos dados que nós vimos, são 671 famílias, que dá a diferença de 193 famílias que não estão nesse projeto. Então, nós queremos, também, ver essa resposta. E achamos que a relação, seja com as famílias que estão na área de risco, seja com as famílias que têm terreno regularizado, seja com o pessoal dos condomínios, tem que ter mais clareza e mais transparência. Porque as pessoas têm tido que ainda não há esse diálogo na explicação de como vai ser o futuro deles, em que condições eles vão morar, quando vão ser removidos e, se quando for removido, já vai ter a sua habitação definitiva. Então, essas questões concretas, nós queremos resposta. Muito obrigado.



Coordenadora Helena Magozo - Senhor Celso. Depois, a Fátima e o Luciano.

Celso Sebastião - Eu quero pedir a atenção do secretário do Ambiente. Secretário, isso aqui, ninguém sabe o que é, não é? Gente, isso aqui é uma torre de prédio. É que, há sete anos, na Guarapiranga, secretário, não tinha quase nenhum. E isso, que está aqui, também depende de sua assinatura. E é rápido, é 15 dias, 20 dias, não é? Para você assinar. Você entendeu? Então, uma obra dessa, como o nosso, vai beneficiar o nosso trabalho, que custou o nosso trabalho. Hoje, nós estamos com dificuldade para arrumar emprego. Sabe por quê? Ah, não, você mora muito longe, você não consegue chegar. Então, secretário, olhe para nós, porque você não está olhando para nós. Se eu lhe perguntar qual é a cor da camisa do outro rapaz, que saiu daqui, você não vai lembrar. Então, você não está olhando para nós, você não está dando importância, muita importância para nós. Mas olha para nós como seres humanos, que estamos sofrendo. Quando você estiver no seu carro, olha aquele ônibus cheio e lembre que, um dia, você poderia estar dentro dele. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo - Fátima, por favor, Fátima.

Fátima Neves - Meu nome – gente, boa noite a todos e todas, não é? Audiência pública é um momento importante. Meu nome é Fátima Neves, do Movimento Pró-Transporte, do M'Boi Mirim. Nós estamos aqui na responsabilidade de não pensar só o nosso bairro, mas pensar cada cantinho dessa região, que tem dois distritos. E, hoje, nós gostaríamos muito que tivesse, nesta mesa, o secretário de Habitação. Não é verdade? Porque vão deslocar pessoas. Então, assim como foi mostrado todo o plano viário, tem que ser mostrado todo o projeto, todo o estudo da área, para onde vão essas pessoas. Porque nós não vamos arredar o pé enquanto tiver uma família na rua. Não é verdade? Nós vamos ficar firmes, na certeza de que nós queremos que esse povo, que mora em áreas que são ocupadas, porque têm ausência de uma política habitacional, que elas sejam tratadas como gente. Então, Eduardo, na sua pessoa – eu acho que nós temos uma dificuldade de falar com o Poder Executivo, os secretários. Nós estivemos lá em Guadalupe, dia 9 de abril de 2011, convocamos o prefeito, o governador, todos os secretários e sabe o que mandaram para nós? Só técnico, gente. Técnicos, não têm poder político, de tomar a decisão. E nós estamos falando de oito anos de gestão. E nós estamos falando com a responsabilidade de quem mora nessa região, que eu estou lá na Guarapiranga, uma estrada que está do mesmo jeito de 20 anos atrás, que não tem corredor de ônibus; que, no máximo que conseguiu, foi uma guia. E nós somos cidadãos. Nós pagamos os nossos impostos. Não é isso, gente? Pagamos os nossos impostos. E, neste momento da audiência pública, nós queremos fortalecer a organização popular. Então, tem várias formas de pedir os nossos direitos, organizados. Nós conversamos com o secretário – não é isso, Silvinho? E o Beto, que não está aqui. Nós falamos com o secretário, falamos sobre a questão do transporte público, que é grave. A mobilidade, gente está chegando ao caos na nossa região. A gente não



consegue nem ir lá para o Jardim Ângela. A gente não está conseguindo fazer reunião à noite. A gente não está conseguindo – os ônibus – que, aí, é preocupante – os ônibus estão cheios de baratas, gente. E os ônibus têm cuecas penduradas, um desrespeito às mulheres que estão aqui hoje e a todo cidadão. Então, nós queremos a duplicação – reforçando mais uma vez – de todo esse trecho da M'Boi. Porque toda obra – e da Guarapiranga e corredor de ônibus, reforçar mais uma vez. E o nosso sonho é o metrô aqui. Toda obra – presta bem atenção ao que eu vou falar – toda obra que acontece nesta região, nós sabemos agradecer, mas nós sabemos que tem que acontecer nesta gestão. Não pode ser transferido para outra gestão. Não é isso? E aí, ponto, gente. Uma boa noite a todos e todas.

Coordenadora Helena Magozo - Senhor Luciano, depois o Francisco, Marcos e o Airton.

Luciano - Boa noite. Meu nome é Luciano, represento a Associação do Jardim Aracati e eu gostaria de saudar a mesa, pelo Eduardo Jorge, aqui. Senhor Eduardo Jorge, uma construção tão grande como esta, será que vai ser executada este ano? Que nem uma ponte do Jardim Aracati, que está caindo, vocês conseguem duplicar essa ponte, gente? Tanta verba que vem para M'Boi Mirim e vocês não conseguem. A Avenida Baronesa, gente, está lá, os ônibus quase caem dentro da represa. Aí, eu pergunto a vocês, vocês, que estão sentados na mesa: Quando vocês se deitam no travesseiro, vocês estão com essa consciência, que vocês liberam aumentar o cemitério Cerejeira, mas não fazem a construção da ponte, que está para cair a qualquer momento. O Jardim Aracati está desprezado por vocês. Esse governo Kassab foi o pior governo que tivemos aqui. E isso, eu digo, foi o pior governo. Porque são 15 anos de luta, gente. 15 anos lutando atrás de uma ponte no Jardim Aracati e nós não conseguimos nem sequer – a única coisa que sabem fazer é jogar o concreto lá. E está afundando, de novo. Aí, eu lhe pergunto, Eduardo Jorge: Quando é que vai começar também essas construções da Avenida M'Boi Guaçu, que os moradores têm que andar 700 metros. 700 metros a pé, para pegar o busão. Aí, vem um monte de gente aqui, fala uma baboseira danada. E onde está esse dinheiro? Tá na casa do Kassab? Eu quero saber onde está esse dinheiro, que um vereador acabou de apresentar aqui, que colocou nas contas de vocês. O vereador quer saber onde está. Ou vocês estão guardando para fazer essa campanha? Ou a obra sai ou a campanha sai mais bonita, campanha milionária. Muito obrigado e tenham uma boa noite.

Coordenadora Helena Magozo - Francisco, por favor. Não está? Francisco, não está? Marcos.

Francisco - Boa noite para todos e todas aqui. Eu só quero fazer uma ressalva do que o Luciano acabou de fazer aqui. Falar para vocês, ou perguntar para a mesa, aí, se alguém já foi lá, no final da M'Boi Mirim, no finalzinho, que é a divisa de Itapeverica com São Paulo. Eu quero perguntar se foram, olharam, se tem alguma obra de infraestrutura. Não tem duplicação nenhuma. A M'Boi Mirim está daquele jeito, gente. Vamos ver, vamos tomar consciência. Todo o tempo, nós falamos isso aí.



Tem que tomar vergonha, mesmo. Tem que fazer com que aconteça. Agorinha mesmo, o pastor aqui, pediu um minuto de silêncio, todos levantaram. Eu peço desculpas aos dois aí, que não levantaram. Porque a educação chegou no berço. Para mim, chegou. Porque, na hora que é para falar abobrinha – foi o que o Luciano falou – é demais. Publica, publica e não faz nada, nada e nada. Desculpe a expressão, aí. O vereador falou muito bem, onde está o dinheiro dele, que ele aplicou? Onde? Deve estar, olha, no bolso de nego, aí.

Coordenadora Helena Magozo - Marcos Antonio e o seu Airton, por favor.

Marcos Antonio - Boa noite, pessoal. Eu sou ali, da Associação Nova Tuparoquera, onde nós atendemos meninos e meninas, também do Letícia. Senhor secretário, está na hora de tirar essa bucha da M'Boi Mirim, da Subprefeitura. Tem gente que já está vindo de bengala aqui, que está há anos esperando. Estão ficando velhos e essa obra não sai. Com respeito à população, nós acreditamos no verde, mas queremos dignidade para a população dessa região. É só isso, porque o resto já falou tudo. Desculpa Secretário.

Coordenadora Helena Magozo - Airton ...

Marcos Antonio - Desculpa, mas nós queremos é atitude.

Coordenadora Helena Magozo - Airton Lima Batista.

Airton Lima Batista - Gente, boa noite, eu sou Airton Lima Batista, presidente da Associação Amigos de Bairro Lindomar Batista Santana. Eu moro na Rua Baltazar de Sá, e sou uma das pessoas também que mora em área de risco. Olha, eu quero saber o seguinte: quem é – olha, esse projeto é bonito, realmente, a gente está esperando o apartamento. Queremos saber – o pessoal está oferecendo R\$ 400 por família com três crianças. Não se aluga casa nenhuma com R\$ 400, entendeu? Eu quero saber que eles têm que aumentar essa verba, porque os moradores vão esperar dois ou três anos, mas em uma casa digna. Porque, com R\$ 400, está alugando apenas um quarto, entendeu? Com filho, não aluga. Eu quero saber do secretário, aumentar essa verba para R\$ 800 ou R\$ 1.000, porque R\$ 400 é pouco demais. E, também, tem muitas casas que não têm uma rachadura. Por que está demolindo agora? Por quê? Por que não esperar lá, até começar as obras. Entendeu? Tem casa que não tem uma – a minha, não tem uma rachadura. Eu acho que a Prefeitura deveria esperar começar as obras. Por que derrubar? Entendeu? Isso, eu quero saber do secretário, se poderia o pessoal esperar até começar as obras. Aumentar a verba para R\$ 800 a 1.000, porque não se acha casa de R\$ 400 aqui no bairro. Então, criança, não aluga. Entendeu? Eu quero saber também, o projeto – o pessoal comenta – se vai ter metrô. Porque todo mundo aqui espera o metrô. Porque a Avenida M'Boi Mirim realmente tem que ter o metrô. Porque só esse projeto aí não vai resolver o problema do trânsito. E quero saber, também, se o Kassab vai usar esse projeto como



campanha política. Kassab nunca mais. Kassab nunca mais, entendeu? O projeto é da Prefeitura, mas jamais ele vai usar esse projeto de moradias para o pessoal votar nele. Porque eu não voto no Kassab e tem muita gente que não vota. Entendeu? É isso aí, gente. Obrigado. E o terreno que foi comprado aí, foi comprado pelo defensor público, entendeu? Não foi dinheiro de vereador, não, foi a Prefeitura que comprou o terreno para nós. Não tem nada de vereador envolvido nesse terreno que foi comprado. Tá? Tá bem explicado. Beleza, gente? Obrigado e um abraço.

Coordenadora Helena Magozo - Então, agora, nós vamos para uma rodada de respostas, avisando que, depois, nós temos ainda , mais 28 pessoas inscritas que vão ter a palavra. Está bom? Então, eu pediria que ouvíssemos as respostas e depois partimos para outra rodada de manifestação da platéia. Peço para a Secretaria de Infraestrutura Urbana responder para o Sr. Ivo, no que couber, em termos do licenciamento ambiental. Por favor.

Pedro Luiz de Castro Algodual - Boa noite a todos. Eu, como técnico da SIURB, eu tenho muito orgulho em trazer este projeto aqui, que é tão necessário para esta região. E a gente vê até – isso, a gente vê claramente que a maioria das perguntas é quando começa a obra. Quer dizer, isso significa – a gente entende, aqui, da SIURB, interpreta como uma total aceitação do nosso projeto e isso nos dá muita satisfação. Mas, de fato, esse projeto foi pensado para contemplar muitas carências que a gente tem aqui e causar o mínimo impacto possível. E foi essa a melhor configuração que a gente encontrou, foi esse projeto e a gente tem muita satisfação em trazer ele aqui. Quando a essa pergunta, quando vai começar a obra, a SIURB já cumpriu a maior parte das etapas para isso, que são a elaboração do projeto, as primeiras etapas do licenciamento ambiental, a gente já obteve a licença prévia – não, a gente está em obtenção, desculpa. Desculpa, deixa eu complementar. Então, nós estamos cumprindo todas essas etapas. Foi um ato falho, a gente também quer começar logo a obra. E a obra já está contratada. Essas etapas que vão se seguir, é o final do processo que a gente vai cumprir no mínimo prazo possível para, realmente, começar o quanto antes, essa obra. Na verdade – um minuto só. Isso, eu acho que a população tem todo o direito de acompanhar a Prefeitura e sabendo dos passos que vão ser tomados. Como não depende só da nossa secretaria, depende de outros órgãos, então a gente não pode falar – eu gostaria de começar o mês que vem, mas a gente tem que cumprir uma série de compromissos legais e que são necessários. A gente não questiona esses compromissos, são necessários. Bom, deixa eu prosseguir no resto das perguntas, o seguinte: Então, eu peço desculpas aqui, por um outro aspecto, tem uma série de perguntas sobre outras obras, em especial a M'Boi Mirim. Eu acho que a gente deve convergir, aqui, nesta plenária, para a gente conversar sobre o Córrego Ponte Baixa. Porque, se a gente começar a abordar outras questões, a gente não para. A gente sabe que o Córrego Ponte Baixa, em si, não contempla todas as necessidades da região, mas ele viabiliza uma série de outras ações. E a Prefeitura não está



ignorando a M'Boi Mirim e nem o Viário Sul. Pelo contrário, são obras caras, são obras que têm impacto grande e a Prefeitura está procurando viabilizar, assim como está viabilizando agora o Córrego Ponte Baixa. Mas eu acho que a gente precisa separar. Vamos, aqui, nesta plenária, nos ater ao Córrego Ponte Baixa. É uma proposta que a gente tem, que eu acho que a gente pode viabilizar e que a gente já está no ponto de a gente – é que a gente não pode – deixa só eu completar a pergunta e vocês depois podem se pronunciar de novo. Por favor, deixa eu pedir silêncio para completar as outras perguntas, que tem coisas importantes que foram perguntadas. Sobre essas questões que foram levantadas pelas entidades comunitárias, a primeira faz questão às faixas de rolamento. Então, com relação a ter uma terceira faixa ou ter duas faixas, isso está sendo objeto de um detalhamento que o projeto que a gente apresentou é o projeto básico, a gente tem uma etapa que a gente chama de projeto executivo, onde isso vai ser detalhado com o CET, no sentido de trazer o máximo benefício para o transporte coletivo. Esse projeto, além da melhoria para a drenagem, para o aumento de áreas verdes e para verificar – vendo a questão habitacional, a parte de sistema viário também está contemplada. Sobre a questão do piscinão, eu tenho a impressão que no próprio filme que foi apresentado anteriormente, ficou clara a posição dele. Outra questão é uma divergência entre o número de famílias a serem reassentadas. No levantamento que a gente tem, o número de famílias é aquele mesmo, 671. E esse número de famílias está contemplado no programa habitacional apresentado. Você quer falar isso? - Então, com relação às famílias, eu vou complementar aqui. Esse cadastro de 671 famílias é um cadastro antigo, de um levantamento feito por SEHAB. A SEHAB, a Secretaria da Habitação, ela vai refazer esse cadastro e, no contrato da obra, existe um programa de comunicação social. Cada família vai ser recadastrada, uma equipe com não só engenheiros, mas também sociólogos, assistentes sociais, vão trabalhar no campo, refazendo esse cadastramento. Porque para o programa Minha Casa Minha Vida, que é o que vai ser construído naquele terreno que vocês viram no vídeo, são necessárias várias etapas para a Caixa Econômica liberar o dinheiro. Então, o projeto tem que ser todo revisto e recadastrado. Mas ele vai começar, assim que a obra começar e que o programa Minha Casa Minha Vida seja aprovado pela Caixa Econômica. O dinheiro é federal, como vocês já sabem. A outra questão se refere à Camargo Corrêa, que é a empresa contratada para fazer a obra, se ela vai começar o conjunto habitacional. A gente quer esclarecer que são programas associados, mas é em outro empreendimento. Então, não vai ser a própria Camargo Corrêa que vai construir o conjunto habitacional e a fonte de financiamento é outra, é do “Minha casa Minha Vida”. Então, são programas conjuntos mas não é o mesmo empreendimento. Um empreendimento é o empreendimento da SIURB e tem o outro empreendimento, da SIURB, também. Bom. Eu acredito que eu tenha respondido a maior parte das perguntas. Eu não sei se o Ivo quer complementar alguma coisa? Essa pergunta, infelizmente, eu



não posso responder. A gente não pode se comprometer com isso, porque não depende só da SIURB.

Luiz Ricardo Santoro - Deixa só eu colocar uma coisa. O processo de construção – que é o que nós estamos fazendo – nós já fizemos a licitação, já temos a empresa, já temos a garantia de recursos, tanto no orçamento do Município, quando do Federal. E, agora, nós temos que cumprir alguns prazos. Quais são esses prazos, hoje? Primeiro, nós estamos começando, neste momento aqui, uma das etapas, que é a audiência pública. Depois, esse nosso programa será analisado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – desculpe, peço que me corrija se eu estiver falando alguma besteira, por favor, Eduardo. Isso será analisado, essa análise vai gerar alguns questionamentos, algumas exigências que nós deveremos cumprir. Isso será apresentado – será votado pelo CADES, como disse o Eduardo Jorge, nosso secretário. Esse documento final, votado pela população, votado pelo CADES, vai dar uma série de condicionantes da nossa obra. E colocando tudo isso no papel, que nós estamos nos comprometendo. E, a partir daí, nós vamos cumprir essas exigências e começar o início da obra, quando sairá a licença de instalação. Nesse momento, nós começaremos a obra. Então, nós estamos cumprindo uma série de etapas. Essas etapas dependem de prazos legais. Eu tenho prazos legais e eu tenho condições de análises e discussões. Por isso que fica difícil.

Coordenadora Helena Magozo - Agora, eu vou chamar outro grupo de pessoas que estão inscritas. Ana, José, João Batista, José Geraldo, Everaldo, Milton e Cláudia, por favor. José Calazans, João Batista, José Geraldo, Everaldo, Milton e Cláudia, por favor.

Ana - Primeiramente, eu quero agradecer a todos os secretários. E boa noite para todas vocês, mulheres. Escuta, olha, o que a gente tem que cobrar é o seguinte: todos nós temos os nossos vereadores que vão ao nosso bairro pedir votos. Mas cadê os outros? Cadê? Só esteve aqui presente o Vereador Milton Leite, para poder estar brigando junto conosco. Cadê os outros vereadores, gente? Cadê? Onde estão? Estamos nós, aqui, sozinhos. O vereador Milton Leite, eu quero agradecer a ele. Ele não está aqui presente porque ele teve que sair, mas ele está aqui conosco, foi o único que esteve aqui. Cadê o resto? O que eu pergunto a vocês – secretário – é o seguinte, é a mesma coisa que todos querem saber. Quando vai começar essas obras? Que dia? Aqui, na telinha, está bonito. A gente quer ver em prática, isso. Estamos cansados de promessas. Quem vive de promessa é santo. Não somos santo.

Coordenadora Helena Magozo - Agora, o José Calazans, por favor. Depois, o João Batista, José Geraldo, Everaldo, Milton e Cláudio.



José Calazans - Oi. Eu venho da Rede Santo Amaro, mas eu estou lutando lá para que, além dos empresários na Rede Santo Amaro, estejam presentes os sindicatos. Porque a burguesia está tomando Santo Amaro e está invadindo o Largo 13. Nós estamos propondo tombar toda a trama de Santo Amaro, que é do povo pobre, para que o povo rico não acabe com o centro de Santo Amaro pobre. Agora, tem uma coisa importante, tem uma coisa importantíssima. Eu venho fazer um convite a vocês, mas, antes desse convite, eu quero dizer o seguinte: os prédios grandes que estão construindo em Santo Amaro para a burguesia, a Prefeitura está vendendo mais andares, quase mais 500 milhões de reais que estão indo para a caixa do Kassab e não vindo para o M'Boi Mirim. E o Polo de Desenvolvimento, que era para criar emprego para M'Boi, para Capela do Socorro, para Santo Amaro, está sendo destruído. Esse dinheiro tem que voltar para o M'Boi. Além disso, se faltar dinheiro para que esse projeto seja começado já e precisa ser começado antes do prazo eleitoral, porque tem o prazo eleitoral que, depois dele, não pode começar obra. E nós vamos fazer uma reunião no dia 17, em Santo Amaro e estamos convidando a frente para estar com a gente, para discutir o viário, para que esse projeto seja começado antes do prazo eleitoral. Porque, senão, não vai ser feito este ano. Então, nós propomos a formação, como tem fábrica – porque eu venho da Rede Santo Amaro, mas eu fui preso, com o Santos Dias, foi assassinado em 70 e eu também fui preso. E foi aqui no M'Boi que começou a luta pela democracia brasileira. Foi aqui que foi construída. Depois foi para a Zona Leste e, depois, foi para o ABC. Lá, na Água Espraiada, o primeiro túnel que foi projetado, que custava 500 milhões de reais, agora tem dois quilômetros e vai custar dois bilhões. Eu me disponho a vocês para acabar, para falar, para usar meu conhecimento como arquiteto, para trazer todo o dinheiro necessário, para mostrar que o M'Boi Mirim tem dinheiro para fazer o seu plano viário e essa obra, ainda este ano. Eu coloco todo o meu conhecimento como profissional, frente a outros profissionais, para que, este ano, antes do prazo eleitoral – que vocês têm que tomar cuidado – seja começado e que o plano viário, quando fizer o Plano Diretor, já coloque o dinheiro que o M'Boi Mirim tem direito.

Coordenadora Helena Magozo - João Batista, por favor. José Geraldo Araújo, Everaldo, Milton e Cláudia. Não estão? Agora, nós vamos começar a relação dos presentes não relacionados às entidades. Nós temos 22 pessoas. Ronaldo ou Rosângela – está escrito os dois nomes. Então, por favor.

João Batista - Boa noite a todos e a todas. A mesa aqui, ela não está composta completa, pelo seguinte: É muito interessante fazer uma audiência pública, mas eu chamo de falência pública. Por que é que eu chamo de falência pública? Espere aí, se eu contrato um pedreiro para fazer obra lá em casa, a diária dele, eu sei o dia, o valor. Se eu for fazer uma obra completa, eu sei o valor. Como é que eu contrato uma empresa chamada Camargo Corrêa, que é uma das maiores, até do mundo,



que eu não sei que dia e hora ela vai começar a obra? Como é que eu não sei? Como é que eu contrato uma empresa – se eu contratei uma empresa, eu sei o que ela tem que fazer. Então, para eu executar o serviço, eu tenho que mostrar um projeto. Então, vocês mostraram o projeto e ela foi contratada. Tem mais: Todos os moradores que vão sair, vocês sabem que o canteiro tem que ficar ali. O canteiro tem que ficar ali. Espere aí, se o canteiro tem que ficar ali para os moradores – para a empresa executar o serviço, eu tenho que ter um local para os moradores. Aí, vocês vêm com um projeto aqui falar que é Minha Casa Minha Vida. Não é Minha Casa Minha Vida, não. É minha casa minha dívida. Porque fica todo mundo endividado. Porque todo mundo, hoje, tem a sua casinha, não paga aluguel, não paga nada. Pega a casa e vai ficar aí, 100 anos pagando. Porque tu atrasa uma prestação, aí é juros sobre juros, aí é 100 anos. Aí, você não paga nunca. E mais: Tem muita gente que fala assim: Ah, o comerciante não tem direito. Aí, o comerciante vem – todo mundo é assim: Eu pago imposto. Beleza, eu pago imposto, tranquilo. Como é que você paga imposto, se você não tem direito a nada? A Prefeitura fizeram um projeto aí há três, quatro, sei lá quantos anos atrás, falaram que iam dar o documento para cada morador. Ninguém vê isso. Ninguém vê isso. Mas sabe por que a Prefeitura não faz isso? Vocês sabem por que a Prefeitura não faz isso? Para ela ter o poder na sua casa. Para, o dia em que ela chegar, derrubar, na hora que quer. E falar assim: Vá para um bolsa aluguel. E dá 400 contos. Por isso ela não faz isso. Porque todo mundo – se ela cobrasse o imposto – se ela cobrasse o imposto, ninguém estava se omitindo a pagar o imposto. Ninguém estava se omitindo. Então, acontece o seguinte: ela deixa a sua casa livre lá para, no dia em que ela chegar quebrar, na hora que quiser. Falar assim: Você não paga imposto. Aí, eu te pergunto: Você mora no bairro, você está gerando renda – seja com material de construção, seja com o que for, você está gerando renda para o município, para o estado, seja para quem for, você está gerando renda. E como é que você não está pagando imposto? Seus impostos estão indo para onde? O comerciante, com o comércio, gira ali um monte de emprego para a população local e também não tem direito a nada. Também não tem direito a nada? Então, nós temos que prestar atenção, principalmente em todos esses detalhes. Vai começar uma obra, mas só que, vocês têm que definir já todas as metas. Espera aí, eu tenho que tirar morador. Essa outra empresa vai fazer esse prédio para esse morador. E vocês não fazem isso. Vocês chegam aqui hoje, não tem dia e nem hora marcado para começar a obra. Está errado. Obrigado a todos e boa noite.

Coordenadora Helena Magozo - Ronaldo ou Rosângela. É isso? O seu nome, por favor.

Everaldo - Everaldo.

Coordenadora Helena Magozo - Everaldo, por favor.

Everaldo - Boa noite a todos e a todas. O meu nome é Everaldo e eu sou da Chácara Santa Maria e represento aqui a Frente das Entidades aqui, de M'Boi Mirim. Então, eu quero compartilhar com



todas as falas que antecederam aí, sobre a questão das famílias aqui do Córrego Ponte Baixa e dizer que eu acho que precisa dar continuidade nesse projeto, atravessando a Estrada do M'Boi Mirim. Aí, fica um projeto mais viável, onde vai contemplar a maioria das famílias da nossa região, na questão do trânsito principalmente, que vai nos aliviar muito. Eu quero também – eu estou aqui com um documento, em nome da Frente das Entidades, para protocolar, com o nosso subprefeito Beto Mendes, para que seja feita uma audiência pública aqui – não na Vila Mariana, aqui, para nós discutirmos a questão do Anel Viário Sul aqui, em nossa região. Que o secretário, que eles venham até aqui, a nossa região, para discutir a questão do transporte na nossa região. Sabemos que, hoje, essa audiência pública é para tratar mais da questão do Córrego Ponte Baixa. Mas não tem como tratar da questão do Córrego Ponte Baixa sem ter que tratar da questão do transporte público de São Paulo, principalmente aqui, na região de M'Boi Mirim, que é um caos. Todas as falas que me antecederam aí questionaram essas questões. E eu queria na pessoa do Eduardo Jorge e do Luiz Santoro – nosso secretário adjunto Luiz Santoro – colocar um projeto, discutir essas questões aqui, da questão do viário do M'Boi Mirim, porque a duplicação do M'Boi Mirim, ela não ficasse só ali, na ponte do Capela, que ela fosse estendida até o Vila Calu e que se unisse o governo municipal e os municípios do Embu Guaçu e de Itapeverica da Serra, junto com o Governo Estadual, para que fosse feita uma abertura no Rodoanel, para contemplar essas famílias, essas pessoas que moram aqui, nessa região. Então, que discutisse esse assunto, que é de extrema importância – se alguém faz alguma reclamação, é de extrema importância essa abertura no Rodoanel. Então, que as três esferas discutissem isso. Entendeu? A outra questão – o metrô, já foi discutido, na agenda, para discutir o anel viário aqui em nossa região, nós vamos discutir a questão do metrô, entendeu? Mas, de extrema urgência é a questão da duplicação do M'Boi Mirim e que seja feito, também, que o governo – Santoro e Eduardo Jorge, que vocês olhem para aquela questão da Ponte do Aracati que, hoje, está sendo mergulhado um carro atrás do outro, caindo ali embaixo da ponte. Que ali, além de causar o maior transtorno em nossa região, cai um monte de carros lá e está atrasando a vida de muitas pessoas de nossa região aqui. Eu acho que eu preciso falar mais um pouquinho, porque outras pessoas também esticaram um pouquinho. Respeito o direito de todos vocês, mas quero falar também sobre a questão de um piscinão, compartilhando com as pessoas aqui do Córrego Ponte Baixa, a questão do piscinão, no nosso Córrego Ponte Baixa. Gente, só quem tem direito de somar um pouquinho, não é parlamentar, não. Nós, cidadãos civis é que temos mais direito, sim, que somos nós que colocamos esse parlamentar lá. Você tinha que ter criticado quando o parlamentar estava tomando o tempo aqui. Eu sou vocês, eu sou cidadão civil. Então, vocês têm que respeitar, viu? Porque isso aqui não é audiência pública de um parlamentar, é do povo de São Paulo. E, principalmente, do povo de M'Boi Mirim. Está joia? Então, obrigado, parabéns à mesa, parabéns ao Beto Mendes, por ter conduzido esta audiência pública aqui na Subprefeitura. Obrigado.



Coordenadora Helena Magozo - Qual é o seu nome?

Rosângela - É Rosângela. Está Ronaldo e Rosângela.

Coordenadora Helena Magozo - Vamos seguir a inscrição? Qual é o nome dela, Mary?

Mary Lobas - É Rosângela.

Coordenadora Helena Magozo - Ela foi chamada?

Mary Lobas - Foi.

Rosângela - Está como Ronaldo e Rosângela aí.

Coordenadora Helena Magozo - Por favor, então.

Rosângela - Eu vou dividir o meu tempo com ele. Eu vou fazer perguntas e não manifestação.

Coordenadora Helena Magozo - Mas você está junto com o Ronaldo, não é isso?

Rosângela - Isso.

Coordenadora Helena Magozo – Por favor, Rosângela.

Rosângela - Eu baixei da Internet, aqui, a licitação, o contrato que foi aprovado. E eu quero perguntar que está falando aqui: O presente contrato passa a vigorar a partir da data da sua assinatura e o prazo para execução das obras será de 36 meses, a contar da data fixada na ordem de início, que será expedida pela Prefeitura. Então, quer dizer, a Prefeitura é que tem que assinar o início da obra. A minha pergunta: Quanto vai demorar a votação – isso que eu quero saber. Que a obra precisa dessa votação. Quando vai ser essa votação? E quanto tempo essa votação tem para ser concluída. Certo? E teve uma outra pessoa que perguntou sobre a desapropriação. Meu pai paga imposto, tem comércio e ele quer saber como é que vai ser essa desapropriação, como é que vai ser pago. Não foi respondido, isso. E como vai ser? Vai ser desapropriado tudo junto, por lote, quando vai ser isso e qual é o prazo para as pessoas saírem da casa. Agora, eu vou passar o restante do meu tempo para o Ronaldo, para ter a palavra.

Ronaldo - Boa noite. Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer o seguinte, que toda vez que essas reuniões são propiciadas e que convocam as pessoas para aqui virem e participar, elas passam a ter mais instrução, mais informações, melhores informações a respeito daquilo que é intenção do poder público. Agora, tem que se criticar a forma como está sendo conduzida aqui, as informações que nós viemos buscar. Olha aqui. Vai falar para quem? Para as cadeiras? Olha, eu acho que é o seguinte: eu sou morador há muito tempo na região, nascido no M'Boi Mirim, sou comerciante, a gente vive no dia a dia todo tipo de agrura e de sofrimento que as pessoas que estão aqui trazem para nós. Portanto, senhor secretário, o que nós precisamos é de resposta objetiva. Existe cronograma? Existe



cronograma? Dá para expor para nós alguma coisa sobre esse cronograma, quando essas obras definitivamente acontecem? Porque nós sabemos que existe até decreto tratando de desapropriação, entendeu? Então, ou as coisas estão desordenadas nas informações ou elas não estão chegando devidamente para nós. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo - Maria, Edina, Edmilson, Anerita – Maria, eu acho que é isso – Cristina e Débora, por favor. Por favor, se identifique.

Anerita - Boa noite a todos.

Coordenadora Helena Magozo - O seu nome, por favor.

Anerita - Anerita. Eu moro no Bananal, eu só queria fazer uma pergunta. A minha casa está molhando muito e a informação que eu tenho é que eu não posso fazer uma reforma. E já, lá, tiraram bastante pessoas e dizem que vão tirar a minha. E eu queria saber se vai demorar se não vai. Porque é muito ruim a gente ficar em uma casa molhando, sabe? Já foi invadida da água. Então, eu queria uma resposta de vocês aí, por favor. Obrigada.

Cristina - Eu quero cumprimentar a todos, boa noite.

Coordenadora Helena Magozo - Diga o seu nome, por favor.

Cristina - Cristina. Eu moro ali, na Chácara Bananal. E essa reunião aqui está sendo muito como é que fala? Objetiva, não é? Então, eu quero perguntar, também. Primeiro, eu quero falar que eu sou viúva, não tenho, assim, renda, não tenho nada. Moro nessa casa, meu esposo é falecido. Então, eu queria saber se vai tirar ou não vai, porque eu quero – eu sei que vocês são, porque o Senhor Deus, ele tem amor. E vocês também têm amor. Louvado e engrandecido o nome do Senhor, entendeu? Então, eu quero saber se vai tirar, se não vai. Porque eu preciso tomar, assim, um rumo na minha vida, entendeu? Porque a gente, perguntando, é melhor, para a gente saber. Está bem? Obrigado, ouviu? Muito obrigada, pela consideração de vocês.

Coordenadora Helena Magozo - A Débora, depois é o Israel, a Maria Aparecida e a Rosemary.

Débora - Boa noite a todos. Meu nome é Débora, eu sou representante da Sociedade Civil de Políticas Públicas e Sociais. Sou Conselheira regional do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aqui, da sociedade civil de M'Boi e eu tenho uma pergunta para o doutor Eduardo Jorge, que é assim: Eu recebi um documento oficial da própria Secretaria, que está escrito que eu ia falar sobre a duplicação de M'Boi, não é? E eu tenho esse documento, inclusive, no meu *e-mail*. Aí, o que acontece? Não foi falado nada sobre a duplicação e as pessoas querem saber a pergunta que muitos aqui fizeram e foram embora, é se a gente vai ter direito na alça de acesso na duplicação. É uma pergunta. Além da questão. Obrigados, secretários, por ficarem confabulando, não é? É uma



educação boba, não é? É uma educação muito boba. Então, eu queria fazer essa pergunta, porque é assim, porque a SIURB e a SEHAB – aqui, é o seguinte: A SIURB vem aqui para escutar a população e, na hora da pergunta, fica falando, por trás? Primeiro, pede licença, eu espero, para depois falar. Eu sou conselheira do meio ambiente, então, assim, eu estou cobrando, porque sou agente fiscal do povo e eu cobro mesmo, tá? Então, o que é que acontece? A gente quer saber – porque é assim, falou da duplicação de M’Boi Mirim, mas nós, munícipes aqui, queremos saber se nós vamos ter direito à alça de acesso ao Rodoanel. Essa é uma pergunta para o secretário. A outra pergunta que eu quero fazer para o nosso Secretário do Verde, é assim: Por que tudo o que está acontecendo porque é assim, na verdade, a nossa Subprefeitura está indo na Chácara Bananal e dizendo assim: “Ah, porque o Verde mandou.” Tá? Então, eu preciso do esclarecimento do secretário. Essa informação, o senhor pode passar para o Horácio, para o Horácio entrar em contato comigo. Porque é assim, vai ter as remoções e a culpa é da Secretaria do Verde. Não é culpa só da Secretaria do Verde, como da má administração pública que está instaurada aqui desde 1970. Porque ninguém fez as políticas públicas e quando é agora, fica dizendo, colocando a culpa em todo mundo. Porque o verde tem que ser recuperado sim, mas, porém, têm que ser tratados os munícipes com respeito. E eu tenho também uma crítica ao doutor Beto Mendes, porque os seus funcionários têm intimidado os munícipes na região local, os seus fiscais junto com os seus agentes da Defesa Civil. Que, inclusive, eu estou orientando eles, a pedido da própria Justiça, para poder oficializar o Boletim de Ocorrência. Porque isso é falta de respeito. Falta de respeito tem nome. A gente não é cachorro. O que a gente quer é ser respeitado como sociedade civil. Nós sempre, aqui, fomos democráticos. Sempre viemos aqui para conversar. Sempre viemos cobrar, sempre viemos conversar, procuramos aqui – eu conheço cada degrau desta Subprefeitura e entro para conversar, para me informar, se tem problema com munícipe – inclusive, tem reclamações de ameaça, eu vou atrás, converso com as pessoas para saber o que é que houve. Aí é que eu descubro que ocorreu que, na verdade, é o vice-versa. O cara deu a pancada e vai levar. O senhor está me entendendo, doutor Beto? Então, tem que ter o respeito, tem que ter a educação. A nossa Subprefeitura local tem faltado com o respeito para com os munícipes. Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo - Israel de Moura, Maria Aparecida, Rosemary. Sua vez, Rosemary. José Roberto, depois. E Cristiano.

Rosemary - Boa noite a todos. Eu queria saber quanto vocês vão assinar esse contrato, esse projeto, quando vai sair mesmo, de verdade. Porque eu não aguento mais sofrimento na minha vida. É um sofrimento, é triste, entendeu? A gente tem filho na escola, é sofrimento, pernada. Sai para ir para a rua, um sofrimento. É rato dentro de casa, é tudo dentro de casa, as crianças morrendo. É um sofrimento demais. Quando você vai assinar esse projeto mesmo, de verdade. Fala para mim, agora.



Eu quero saber a verdade de você, porque eu estou cansada de ser enganada. Muito obrigada a vocês todos.

Coordenadora Helena Magozo - José Roberto.

José Roberto - Boa noite. Eu gostaria de fazer duas perguntas. Eu não entendi, ali no mapa – eu sou morador da Ponte Baixa, rua Antonio Aranha, ou Jardim Santa Josefina. É o seguinte, eu não entendi, não só eu, como muitas pessoas que não entenderam, sobre qual a metragem realmente, que vai contar, do rio, mas do rio até quando vai sair as casas. Uns falam que é 15 metros, outros falam que é 30, entendeu? É assim, porque a minha casa fica mais ou menos 20 metros do rio. Então, eu tenho que fazer algum serviço para a casa. Está molhando. Então, eu penso, tem que gastar, tem que pagar. E aí? Devo fazer? Porque ninguém explicou se vai sair a área toda ou é só 15 metros do rio até a casa. Então, essa é a minha pergunta, que eu queria saber. Outra – segunda pergunta, é a seguinte. Eu sei que vocês pagam realmente aluguel, quando vão tirar a gente. As pessoas – que a Defesa civil condenou – as pessoas voltaram para a mesma casa porque não encontraram imóveis para alugar. E R\$400 já foi falado aqui, não dá. É só um cômodo, R\$ 400. E não dá. E não se encontra, também, mais imóveis. Porque vocês realmente não constroem primeiro algum local para colocar a gente antes de começar a construção dessa obra? Porque hoje não tem um local para a gente ir. Então – exatamente, então. Esse que é o problema, porque não tem casa para alugar, não tem imóvel. Então, para onde nós vamos? Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo - Cristiano, Antonia Leoneti. É Antonia no seu lugar, Cristiano? Você cedeu o lugar para ela? Está bem.

Maria Aparecida - Boa noite. Eu sou Maria Aparecida. Eu sou lá, do Condomínio Projeto das Américas e eu quero saber dos senhores se o condomínio vai ser dividido mesmo, o condomínio, em quantas partes vai ser dividido, se vai passar o rio, a estrada ali no meio, ou se é dois prédios que vão ser destruídos, ou como é que é. A gente está assim, com o coração na mão, a gente não sabe mais o que pensar. Porque, ou vai ser destruído os dois prédios, ou mais, ou é só cortar o condomínio com uma estrada no meio, que também vai ser muita coisa. Então, é isso que a gente quer saber. E, também, o valor, como é que vai ser pago. Vai ser pago em preço de IPTU ou vai ser preço de mercado. Já foi feita essa pergunta, mas não teve respostas. Por favor. Obrigada.

Coordenadora Helena Magozo - Cristiano, por favor.

Cristiano - Meu nome é Cristiano, eu sou aqui do Jardim Vergueiro. Eu vim aqui para saber referente a duas questões. Primeiro, a Lei 115.392, do projeto de lei que foi aprovado, certo? E o Decreto-Lei 52.639, que é o de desapropriação. Eu estive lá no SIURB, para pegar essas informações. Me passaram que, para poder aprovar o projeto, estava faltando a planta individual dos terrenos e a



verba. Aí, eu queria saber qual é o período que vai demorar para acontecer isso, certo? E eu peguei a informação no Desap, que eles informaram que os proprietários vão ter contato direto da Desap. E referente aos inquilinos, como é que vai ficar?

Coordenadora Helena Magozo - Antonia Abade Padilha, Vilma Ângela, José Carlos, Nair Aquino da Silva, Ana Aquino de Araújo.

Antonia - Minha pergunta vai ser direta.

Coordenadora Helena Magozo - Como é o seu nome?

Antonia - Antonia. Minha pergunta é direta. Se vocês vão tirar a gente de lá, das casas, e vão colocar onde? Ou se vocês vão tirar e vão colocar – e outra, eles não estão aceitando com criança. Não estão alugando casa com criança, entendeu. E outra: A educação de vocês, aqui, é zero. Educação, pelo menos, você não tiveram de berço. Nós moramos na favela, mas nós temos educação, entendeu? Enquanto uns estavam falando aqui e outros lá, vocês ficaram no telefone.

Coordenadora Helena Magozo - Savade Padilha.

Savade Padilha - Boa noite. Meu nome é Savade Padilha. Eu represento, talvez, uma família de cinco pessoas. Eu venho da região sul, Interlagos. Eu morava na Comunidade do Turco e fomos tirados daquele lugar por nós estarmos em lugar de risco. Meus filhos são nascidos aqui, o maior tem 15 anos e a menor têm três anos. Todos são brasileiros. Eu, graças a Deus, tenho os meus documentos neste País, sou legal. Porém, se prometeram muitas coisas antes de nos tirar de lá. Já passou mais de um ano para, com vocês, eu vir cair neste bairro aqui – graças a Deus, muito acolhedor, a propósito. E me encontro em uma situação parecida com quando eu estava lá. Falaram que iam fazer muitas mudanças dentro do bairro, porém tinha que tirar as pessoas que se encontravam no lugar. Parabéns ao cara que fez essa apresentação de slide ou de vídeo aqui, muito bonita, a propósito. Nada feito, até agora, há mais de um ano. Eu recebo uma bolsa-aluguel de R\$ 400, eu moro de aluguel na região, Ribeirão Preto Baixa, na rua Ribeirão Preto Baixa. Por conseguinte, não alcança para nada. Eu tenho quatro filhos para manter. Cuidado. Cuidado, gente. Porque, se vocês saírem das suas casas, que não pagam aluguel, que não fazem nada e falam que vai a um lugar que não se encontra, nem construído, nem se colocou um pouco de cimento lá, vocês vão ter que voltar em uma outra ponte. Já não vai ser aqui, na Ribeirão Ponte Baixa, vai ter que ser lá, do Tietê, ou senão outro rio, tá? Foi muito legal aquilo que foi apresentado aqui. Mas, porém, isso não vai acontecer até daqui a muito tempo. Bastou que se mudem os pontos de ônibus para ver o caos que acontece quando se faz uma mudança de ponto de ônibus. Imagine quando se vai criar uma avenida tão extensa como aquela que está sendo falada. O caos que vai ter esse bairro aqui – já é tremendo. Não existe sábado, não existe domingo, não existe feriado, todos os dias, nesse



trajeto, o trânsito é caótico. Eles não fizeram nada, nem responderam nada, a respeito daquilo. E vocês vão ser tirados das suas casas, porém vão ter que morar, de novo, debaixo de uma ponte. Cuidado, gente.

Coordenadora Helena Magozo - Seu nome, por favor.

Vilma - Eu sou a Vilma e eu moro na Baltazar de Sá, é uma das áreas que todo mundo está falando e que já tiraram oito casas. Exatamente, têm algumas que racharam, outras casas estão em bom estado. Porém, todo mundo está falando em tirar, em tirar. Nós não sabemos quando, não sabemos em que momento. Temos uma notificação do dia 27 de dezembro do outro ano e, assim mesmo, nós continuamos sem resposta nenhuma. Não podemos, como a colega falou, fazer uma obra para melhorar, porque pode ser perda de tempo. E uma coisa que todos falaram, mas esqueceram de frisar bem, é que, enquanto foi apresentado o vídeo, foi falado muito bem sobre toda a obra ter sido aprovada, estar tudo bonitinho, estar tudo certo. Porém, com relação a moradia, foi tudo feito em suposições. O terreno que provavelmente será usado para moradia, tudo no provavelmente, tudo no talvez. Direto para a moradia, não teve, de concreto, nada além de um desenho que, por sinal, foi, inclusive, bem mal feito, com relação a todo o projeto que é lindo e de primeiro mundo. Isso é uma obra de primeiro mundo. Porém, para os moradores, que são ela, sou eu – e somos muitos – não foi apresentado de acordo com o que deveria ter sido. Além do mais, já foi falado que seria um projeto que é da Caixa Econômica, Minha Casa Minha Vida. Eu vou dizer a vocês: Eu tenho uma filha, moro sozinha e não sou casada. Eu quis participar de uma – quis comprar um apartamento da Minha Casa Minha Vida e não foi aprovado porque eles me disseram que a minha renda não é suficiente para isso. A renda vai ser suficiente também para o Minha Casa Minha Vida que vocês estão nos propondo? Obrigada, é só isso.

Coordenadora Helena Magozo - Nair, por favor. Depois, o senhor Milton, por favor. Depois da dona Nair, o senhor Milton.

Nair - Boa noite. Eu queria falar para vocês uma boa noite e muita saúde para todos. Alô? Bom, uma boa noite, de novo. Eu queria falar para vocês, assim, eu achava – está tudo bonito, tudo bacana, o plano de vocês. Mas vocês deveriam fazer logo os apartamentos, as moradias, botar todos nós lá, naquela moradia. E, aí, vocês derrubavam tudo, faziam a avenida, faziam a praça, faziam tudo o que vocês quisessem. Mas, primeiro, nós no nosso cantinho. Porque aluguel, casa, não tem para mudar. 400 só aluga um cômodo e quem tem filho, ninguém quer nem saber. Pode ir para debaixo da ponte. Não quer nem saber. E nós todos que temos filho, vamos para onde? Então, eu queria pedir a vocês que fizessem isso. Ajuntassem com o prefeito, ajuntassem com os vereadores e planejassem isso. Fazer logo as moradias botava nós dentro e, aí, pode derrubar tudo. Uma boa noite.



Milton - Boa noite a todos. Gente, eu me apresento, eu sou Milton, presidente da Associação de Moradores do Jardim Letícia. Somos três associações. Tem a associação, também, da Favela do Jardim Letícia, que é este caso que está acontecendo, que está a Beth ali, também, que é a presidente. Tem a comunidade, também, da Igreja também, do Jardim Letícia, também. É do Letícia. Gente, era tão bonito ter uma grande surpresa desse povo que veio aí, do Letícia, que está aqui, que tem um bocado de gente do Letícia aqui, esperando uma boa resposta – não é, gente? Olha, poderia estar acontecendo assim, uma surpresa. Qual é a surpresa que tinha que ser? O apartamento está lá prontinho, preparado, ninguém precisa saber de nada. Agora, nós vamos tirar vocês daqui. Vão parar onde? Temos apartamento de vocês pronto, já está tudo na mão. É, ou não é, gente? Porque, senão, fica difícil. Porque, igual ela falou: Com criança, ninguém aluga. Ninguém aceita criança. Coitadinhas das crianças, é o futuro do Brasil, que é isso? As crianças não são bichos. O que é isso? É incrível, uma coisa dessa, aí. Como é que pode? Não é verdade, gente? Então, senhor secretário, a gente pede, por gentileza, a vocês, cuidar deste povo. Essa Ponte Baixa, Jardim Letícia. Esse pessoal tem uma luta muito cansada. Estão cansados de esperar. Eu já tenho lá, mais ou menos, 38 anos, 20 anos tem um projeto lá, que, agora, está movimentando com ele. Vamos ser bem sinceros, vamos dar uma resposta 'x', que dia que vai começar. Que era para ser ontem, não é hoje, não. Tá, gente? Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo - A dona Josefa. E estão encerradas as manifestações. Depois, nós vamos ter as respostas da mesa. Dona Josefa? Então, por favor, eu pediria à SIURB e ao Ivo que respondessem às perguntas. Gente, por favor, deixem responder às perguntas – por favor, pessoal, por favor. Deixem o pessoal responder às perguntas que foram feitas pelas manifestações. Fica difícil, assim.

Luiz Ricardo Santoro - Olha, eu acho que uma dúvida ficou geral aqui, sobre as desapropriações. Como é que eu processo desapropriação? Primeiro, tem aquele decreto, que o rapaz falou, que torna de utilidade pública a área. É feito um levantamento planialtimétrico. Levanta o que existe hoje. Isso passa por Desap, onde você já esteve, onde faz uma avaliação prévia. Esse valor é depositado no início da ação. O valor, dinheiro, depositado. O juiz vai designar um perito que vai levantar o valor de mercado do imóvel e vai dizer: “Prefeitura, a diferença entre o que você depositou inicialmente e o valor que nós verificamos como sendo o valor de mercado, é tanto.” A Prefeitura deposita esse valor. Aí é que tem a emissão da posse. Então, é uma etapa, é uma sequência de fatos que acontecem. Mas é o valor de mercado e designado por um perito que o juiz vai falar: “Você.” Ele vai colocar um perito de confiança, um perito, ele vai vir fazer a perícia e levantar valor de mercado. Então, é um processo bem transparente, bem claro. Tá OK? Eu acho que respondeu a parte da desapropriação, não é? Após o pagamento é que tem a emissão da posse. Aí, depende do juiz. Cada juiz tem uma



forma. Aí, é na Justiça, exatamente para ser transparente e termos, todos, um respaldo dessa questão legal da desapropriação. Aí, quem dá esse prazo não somos nós, é o juiz que dá. O juiz dá um prazo, geralmente – eu não tenho esse dado, mas é um prazo que dá para a pessoa levantar o dinheiro e, aí sim, ele marca o dia da emissão de posse. Às vezes, demora dois, três, às vezes quatro. Depende de cada vara, depende da Justiça, isso. Isso não está na mão de nenhum de nós. Sim. Sim. Toda a parte, aí. Aí, cada caso é julgado por um juiz. Então, alguns juízes são mais rápidos e outros são mais lentos. Mas é questão da Justiça, varas mais carregadas. Então, isso, a gente não tem um controle, mas, quando definido, é feito todo esse processo de desapropriação. OK?

Maria Teresa - Boa noite. Meu nome é Maria Teresa, eu vou responder à questão relativa ao atendimento habitacional. Talvez eu possa ajudá-los. Todas as famílias que forem atingidas pelo empreendimento terão atendimento habitacional. Isso é uma condição da própria Caixa Econômica quando veio o programa Minha Casa Minha Vida para esse projeto. Então, temos um vínculo com o programa Minha Casa Minha Vida. Então, o número de 683 famílias, ele é um número já conhecido. Então, nós achamos que vai dar menos do que isso, 683, mas já tem a garantia de 683. Então, independente da renda, as famílias atingidas pelo empreendimento. Ele é um compromisso do empreendimento e do atendimento. Porque teve uma pergunta, agora há pouco, que perguntou sobre – pois não, foi você mesma que fez. Pois não. É relativo à mensalidade porque, com certeza, não vai. Eu não sou da Caixa Econômica, para responder sobre mensalidade. O que nós sabemos é que as famílias serão – pois não? Então, como todos serão atendidos, independente da renda, existirão condições para que seja se tiver algum pagamento – eu não vou afirmar que vai ter ou não – terão condições para efetuar esse pagamento. Existe o compromisso de que todos que serão atingidos pelo empreendimento terão o atendimento habitacional definitivo. Tá OK? Agora, quanto ao aluguel social, que é um valor estipulado pela Secretaria da Habitação, não dá, aqui, agora, aqui, nesta mesa, para discutir o valor, se vai aumentar ou não, como é o pedido de vocês. Vocês sabem que é na média de R\$ 400 e que não dá para – uma coisa que você tem que perceber, não existe a retirada de todo mundo no mesmo momento. A obra é muito grande, de 36 meses, existem etapas de obra, não é? Mas esse valor de R\$ 400, o aluguel social, é um valor que todo mundo conhece hoje, não é? Então, não poderia dizer que vai mudar. Tá bom? Mas o atendimento, ele vai existir. Eu já entendi, eu acho que essa pergunta, a gente pode levar. As pessoas que não têm condições de pagar o valor mínimo, como é que vai ser esse atendimento. Eu acho que esse trabalho vai existir, existe um plano da Habitação, que se chama Plano de Reassentamento, tudo isso vai ser colocado. Tá bom? Tá respondido? Obrigada.

Secretário Elton Santa Fé Zacarias - Eu acho que, só complementando mais algumas questões que vieram, de quando a obra vai começar, que nós aqui somos aliados da população aqui, neste



momento, para que isso saia no mais curto prazo possível. Então, não vejam essa equipe que está sentada aqui na mesa – tanto da SIURB quando da Secretaria do Verde – como empecilhos à obra. Pelo contrário, nós estamos trabalhando duro para que isso saia no menor prazo possível, tá? Mas só que, a gente tem que cumprir a legislação. Então, para cumprir a legislação e fazer no menor prazo possível, a gente vai trabalhar duro e esse é o compromisso que a gente faz com vocês. Agora, a gente não pode garantir que vai ser em tal data. Mas o que a gente pode garantir é que a gente vai trabalhar duro nisso.

Presidente Eduardo Jorge - Tem mais alguma pergunta sobre a questão técnica?

Secretário Elton Santa Fé Zacarias - Não, não. Eu acho que, da parte técnica, eu acredito que tenha atendido.

Presidente Eduardo Jorge - A senhora quer falar mais alguma coisa?

Orador não identificado - Porque eu fiz a pergunta, eu gostaria de reformular. A respeito do condomínio, vão ser derrubados prédios ou o estacionamento?

Secretário Elton Santa Fé Zacarias - Ah, é só o estacionamento. Não vai atingir o condomínio, em si. A gente até colocou um cartaz ali, onde a gente procurou mostrar todos os imóveis que vão ser atingidos no empreendimento. Tá? Se você olhar ali, a gente pôs na fotografia aérea, para ficar o mais claro possível.

(Fala fora do microfone)

Secretário Elton Santa Fé Zacarias - Não, não vai ser removido nenhum dos prédios do condomínio, tá?

(Fala fora do microfone)

Secretário Elton Santa Fé Zacarias - Isso.

Presidente Eduardo Jorge - Mais alguma coisa de vocês?

Orador não identificado - Vai passar a estrada no meio?

Secretário Elton Santa Fé Zacarias - Não, não. Vai passar do lado, vai pegar um pedacinho, mas é – dá para ver ali, como é que vai ser. Tá bom?

Presidente Eduardo Jorge - Bom, amigos, mais algum esclarecimento?

Secretário Elton Santa Fé Zacarias - Não, da nossa parte, não.

Presidente Eduardo Jorge - Então, amigos, nós já estamos – pois não?



Luiz Ricardo Santoro - Só colocar uma coisa, a respeito da continuação da duplicação da Estrada do M'Boi. Nós tivemos uma audiência pública – acho que me lembraram aqui, foi um pouquinho antes do carnaval – onde foi apresentado, inclusive, a sugestão de levar o prolongamento até a divisa de Itapeverica. Isso foi muito bem acolhido, nós percebemos que isso era um problema que estava tendo no projeto. Nós já estamos modificando o projeto. Para quê? Para a duplicação ser no trecho de São Paulo. Então, nós já estamos mudando, acolhendo uma sugestão que nós tivemos naquela audiência pública. Então, eu acho que é isso. Com respeito ao Rodoanel, o Rodoanel não pertence ao Município de São Paulo, ele é do Governo do Estado. Então, eu não tenho como dar esta informação, eu não tenho como me comprometer ou dar uma solução para isso. Eu acho que vale a comunidade – e isto aqui, que é super importante – entrar em contato com o DERSA, que foi quem construiu isso, e fazer esse pleito e ver se tem alguma condição para isso. Tá OK? Fui claro? Algumas pessoas que têm aqui já me conhecem, eu fui subprefeito aqui, de Campo Limpo, algum tempo. E eu sempre primei por isso, de falar o que eu sinto. Então, a minha posição é essa. E eu estou te falando isso de coração, eu não tenho porque estar empurrando isso ou não. Nós não temos condições de falar sobre isso, porque não é jurisdição nossa.

Presidente Eduardo Jorge - Amigos, como eu estava dizendo, nós já estamos com 21:36h. Então, nós começamos a reunião às 18h00 e já estamos com três horas e meia, quase. Eu queria, primeiro, agradecer a presença de todos e voltar a fazer um esclarecimento que foi dado no começo da reunião. É muito importante, as pessoas que estavam no começo da reunião, nós explicamos bem qual é a finalidade desta audiência pública, deste encontro e deste diálogo. Nós seguimos uma legislação federal, uma legislação nacional sobre licenciamento. E ninguém é dono do governo. Nós estamos em uma democracia. O governo não faz o que quer. O governo segue e obedece à lei e isso é uma coisa muito importante. Tudo isso aqui é um processo seguindo a Lei do Licenciamento, desde o começo. Por que isso é importante? E por que esse formato – amigos, por favor. Por que esse formato, em audiência, em importante? Porque o empreendedor – no caso, é a Secretaria de Infraestrutura – ele expõe o projeto até o ponto em que eles prepararam. Vocês falam e dizem as críticas, as suas sugestões, eles ouvem, respondem – às vezes, conseguem responder, às vezes, não conseguem responder. Essa é a finalidade. Eu falei, logo no começo, que nós, da Secretaria do Verde, principalmente o DECONT e a doutora Regina, aqui, não podem responder coisas, porque ainda vão examinar o processo. Nós somos uma espécie de juiz. Eles apresentam o processo, vocês fazem sugestões e nós vamos julgar. Quando a secretaria fica, aqui, em silêncio, é porque é o papel do juiz. Nós estamos na audiência para ouvir exatamente até onde eles chegaram e o que vocês têm, a mais, a acrescentar. Por isso é que a Regina fica em silêncio, por isso que eu fico em silêncio. Às vezes, as pessoas até nos agredem – na forma verbal, tornam-se agressivos – mas é porque não prestaram atenção quando a gente explicou o que é a audiência. Por que isso é importante para



vocês e para eles? Por que a lei federal é sábia nessa questão de colocar o juiz? Porque, antigamente, se fazia as obras do jeito que o governo queria, mandando o povo cada vez mais para longe. Não tinha audiência, ninguém perguntava nada a ninguém. Chegava a máquina, derrubava e o povo ia embora. Agora, tem democracia e tem lei. Muitas dessas perguntas que vocês fizeram aqui e que, às vezes, nós – queridos amigos da Secretaria de Obras – ainda não conseguimos responder totalmente, são perguntas que a Regina vai fazer para eles no processo. Com uma diferença: aqui, algumas coisas não puderam responder para vocês, porque eles não têm dados. Para a Regina, eles vão ter que dar por escrito. Eles vão ter que provar que a obra vai ser feita, mas vai ser bem feita. Porque o dinheiro é nosso – do povo – que vai ser gasto nisso. Esse é que é o processo importante da audiência pública e do licenciamento. Vocês falaram, por exemplo, aqui, em habitação. Para a Secretaria do Meio Ambiente, não existe nada mais importante nessas obras do que a questão habitacional. A questão habitacional. Eles vão ter que garantir que o processo habitacional está resolvido. As dúvidas que vocês tiveram e que eles não conseguiram responder, eles vão ter que responder.

E por que a Secretaria do Verde não pode dizer a data que vai ser votada no Conselho, pelo povo e pelo governo, a licença? Porque só vai votar quando eles responderem, quando eles garantirem que o problema habitacional vai estar equacionado. Que o problema hidráulico está resolvido e garantido que vai ser eficiente no combate à enchente. Que as ciclovias estão adequadas. Que a articulação com o processo de transporte das outras obras – que são outras licenças, a duplicação do M'Boi Mirim, chegando lá no Aracati, na fronteira com Embu Guaçu, isso é outra licença. Mas nós vamos perguntar qual é a articulação com as outras obras, como é que isso se articula com o transporte coletivo. Tudo isso, eles vão ter que responder. E é muito importante as perguntas que vocês fizeram aqui, porque a Regina ouviu tudo. Tudo isso vai estar transcrito, o Diário Oficial vai ter lá, por escrito, tudo – que, se vocês quiserem, está tudo copiado, lá. E tudo isso tem que ser respondido. Por isso é que nós não vamos, aqui, ser demagogos, de prometer que daqui a um mês, dois meses, três meses, está votado e a obra vai começar. A obra vai começar quando eles responderem todas as dúvidas que o povo e que nós precisamos ter a resposta. É claro que quem já luta aqui desde 1995 para que uma obra desse tipo seja feita, gostaria de saber: vai começar daqui a dois, três meses. É claro, é natural, a gente entende a irritação, às vezes – e a agressividade. Mas a responsabilidade de quem está no papel do licenciamento ambiental é dizer a verdade. Não dá para dizer o mês que vai começar. Porque se não responder tudo aquilo que é necessário e que a lei prevê, não tem licença. Se não garantir, por exemplo, que a moça que está aqui – ela já foi embora – essa moça que está aqui com a filha dela, ela tem que estar contemplada no acolhimento do programa habitacional. Tem que estar contemplada. E, isso, eu quero saber. A Regina quer saber. E o Conselho do Meio Ambiente, que vai votar, quer saber. Porque não é mais como antigamente, que entrava a máquina,



botava o povo para fora, e o povo ia morar a 50 quilômetros, 30 quilômetros do local. Não vai ter isso. Porque, se for assim, não tem licença. E não tendo licença, não tem obra. É preciso ter clareza com essas coisas. Nós não estamos mais na ditadura. Agora é democracia. Cada um tem direito de falar, se expressar e reivindicar. E o governo tem a obrigação de ouvir. Ouvir. Às vezes, pode responder, às vezes, não pode responder. Tem que ter paciência para, às vezes, ouvir críticas agressivas. É assim mesmo. Eu quero, então, em nome do prefeito Gilberto Kassab – que tem se esforçado para resolver esses problemas, que são muito difíceis, da cidade – agradecer a presença de vocês, aqui, Isso é uma ajuda importante no processo. A Prefeitura é ajudada com as críticas de vocês. Eu quero, em nome da Prefeitura, agradecer todos, agradecer ao nosso subprefeito, Beto. E sugerir, Beto – isso é muito comum nas obras que a gente tem licenciado – você, como subprefeito, que representa o prefeito Kassab aqui na região, poderia acertar com a SIURB e com o pessoal da habitação de montar um grupinho aqui que atenda a todas essas dúvidas. Veio aquela senhora, que é viúva, ela quer saber o que acontece com ela. Como é que ela vai sair, se ela vai sair. Ela tem que ter um acolhimento aqui, na subprefeitura, para ela ser informada. Então, a sugestão é que se o Beto puder conversar com a SIURB e já montar, aqui, um plantão. Já que é uma obra tão importante, uma obra tão grande, vale a pena e o povo merece isso, ter um ponto aqui, uma vez por semana, de 15 em 15 dias, que alguém da SIURB, alguém da Secretaria da Habitação e uma pessoa sua, atenda e tire as dúvidas do povo, anote as dúvidas do povo. Eles não vão ficar indo no centro da cidade, para perguntar à Habitação, para perguntar à SIURB. Têm que vir aqui. Então, eu peço Beto, se for possível, você, como representante do prefeito Kassab aqui, na região, acerte com o pessoal da Habitação, da SIURB, que são os empreendedores dessa obra tão importante para a região e monte esse esquema de atendimento já população aqui, da região. Então, eu quero agradecer novamente ao Beto, nosso subprefeito e a todos vocês, e encerrar a reunião. Muito obrigado.

Coordenadora Helena Magozo – E eu, Helena Magozo, Coordenadora Geral do CADES, lavrei esta Ata, que segue por mim assinada.

HELENA MARIA DE CAMPOS MAGOZO

Coordenadora Geral
Conselho Municipal do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável - CADES